

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO JANEIRO- UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

BARBARA FERNANDES DOS SANTOS

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E ADOECIMENTO DO TRABALHADOR:
Como as transformações do modo de produção capitalista levam o trabalhador ao
adoecimento mental

Rio de Janeiro

2019

BARBARA FERNANDES DOS SANTOS

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E ADOECIMENTO DO TRABALHADOR:
Como as transformações do modo de produção capitalista levam o trabalhador ao
adoecimento mental

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social pela Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco
Santos

Coorientadora: Prof. Dr^a. Raquel Barbosa
Moratori

Rio de Janeiro

2019

ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL E ADOECIMENTO DO TRABALHADOR:
Como as transformações do modo de produção capitalista levam o trabalhador ao
adoecimento mental

BARBARA FERNANDES DOS SANTOS

Aprovado em: ____/____/____

Prof. Dr. Rodrigo Castelo Branco Santos – Orientador
Professor da Escola de Serviço Social – UNIRIO

Prof(a). Dr(a) Raquel Barbosa Moratori – Coorientadora
Professora da Escola de Serviço Social – UNIRIO

Prof. Dr. Bruno José Oliveira
Professor da Escola de Serviço Social – UNIRIO

Prof(a). Dr(a) Letícia da Silva Batista
Professora-pesquisadora da ESPJV – Fiocruz

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à Maria de Fátima Fernandes e à Carlos Alberto dos Santos, os maiores responsáveis por todas as vitórias que conquistei até hoje.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família, a minha Mãe Fátima e ao meu Pai Carlos que são a razão de todos os meus esforços. Que em cada vitória e cada obstáculo estão ao meu lado me apoiando e me fortalecendo. E que são responsáveis por me dar o que de mais valioso eu tenho que é o amor.

Agradeço aos meus companheiros de universidade por cada ajuda e cada risada proporcionada em meio ao caos. Em especial agradeço a Rosana pois sempre foi como uma mãe para mim dentro da universidade. Agradeço aos colegas Deivi, Alessandra e Juliana por sempre estarem por perto em todos os momentos dessa jornada.

Agradeço aos amigos que não pertencem a universidade, já que eles são os responsáveis pela leveza que eu trago no meu coração por sempre me proporcionarem o carinho mais puro do universo e por sempre me incentivarem a ser uma pessoa e uma estudante melhor.

Agradeço a minha companheira diária, minha cachorra Nina, que todos os dias ficava apenas do meu lado me vendo escrever fazendo com que eu não me sentisse sozinha nem um minuto.

Agradeço aos professores e servidores da UNIRIO por todo o conhecimento passado e toda assistência dada. Em especial agradeço ao meu orientador Rodrigo Castelo pela paciência e pela compreensão em momentos difíceis deste trabalho, além de todo o conhecimento que me passou. Agradeço a minha coorientadora Raquel Moratori pela grande contribuição com o meu tema de dissertação.

Agradeço as assistentes sociais Priscila e Iza com as quais tive o prazer de trabalhar e aprender mais sobre a profissão.

Agradeço a todos que de alguma forma me deram motivação para a conclusão dessa etapa da minha vida e que me ajudaram a realizar mais um objetivo.

*“Loucura! - gritou o patrão
Não vês o que te dou eu?
- Mentira! - disse o operário
Não podes dar-me o que é meu.*

*E um grande silêncio fez-se
Dentro do seu coração
Um silêncio de martírios
Um silêncio de prisão.
Um silêncio povoado
De pedidos de perdão
Um silêncio apavorado
Com o medo em solidão.*

*Um silêncio de torturas
E gritos de maldição
Um silêncio de fraturas
A se arrastarem no chão.
E o operário ouviu a voz
De todos os seus irmãos
Os seus irmãos que morreram
Por outros que viverão.
Uma esperança sincera
Cresceu no seu coração
E dentro da tarde mansa
Agigantou-se a razão
De um homem pobre e esquecido
Razão porém que fizera
Em operário construído
O operário em construção.”*

Vinicius de Moraes

RESUMO

SANTOS, Barbara Fernandes. **Acumulação flexível e adoecimento do trabalhador: Como as transformações do modo de produção capitalista levam o trabalhador ao adoecimento mental.** Orientador: Rodrigo Castelo Branco. Rio de Janeiro: UNIRIO / CCH / Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Serviço Social).

A presente monografia caracteriza-se pelo estudo sobre as transformações ocorridas no modo de produção capitalista com o objetivo de demonstrar como essas transformações se tornam responsáveis pelo adoecimento do trabalhador. Através de estatísticas e referências bibliográficas busca-se ilustrar as consequências que atingem a saúde mental dos trabalhadores a cada ciclo de evolução do capital. O capitalismo dependente e superexploração também entram em discussão especificamente no território da América Latina e Brasil.

Palavras-chave: Capitalismo; Trabalhador; Adoecimento; Superexploração; Dependência, Flexibilização.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. A HISTÓRIA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	11
2.1.Fim do sistema feudal e acumulação primitiva do capital	11
2.2.O processo de trabalho e o processo de valorização	15
2.3.Surgimento dos arrendatários e divisão social do trabalho – da cooperação à grande indústria	19
3. DESENVOLVIMENTO DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E SUAS PARTICULARIDADES NA AMÉRICA LATINA	31
3.1.Capitalismo no Brasil: Colonização e suas consequências econômicas	32
3.2.Capitalismo na América Latina e sua relação de dependência com os países centrais	37
3.3.Superexploração: essência e consequências	41
3.4.A construção da configuração de trabalho atual	45
4. NEOLIBERALISMO E MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	48
4.1.Saúde do Trabalhador no âmbito da resistência e da subordinação perante o capital ..	54
4.2.Acumulação flexível como principal responsável pelo adoecimento do trabalhador ...	58
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67

1. Introdução

A presente monografia tem como objeto os impactos da produção capitalista na saúde mental do trabalhador desencadeando seu adoecimento e sofrimento. O capitalismo desde seu marco inicial, que chamamos de acumulação primitiva do capital, até o presente momento que vemos surgir uma intensificação do capitalismo flexível, vem ditando as formas de contratação de trabalho, a velocidade da produção e intervindo até mesmo nas relações interpessoais dos trabalhadores.

Ao longo dos anos é possível notar o impacto da flexibilização do capital nas práticas laborais a partir do crescimento do número de sujeitos afastados de seus postos de trabalho. As crises e as reestruturações do capital têm influência direta na vida do trabalhador. É importante ressaltar que o neoliberalismo tem intrínseco a si a exploração e a precarização do trabalho.

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada. (ANTUNES, 2001,p. 35)

Ao analisar tais fatos, e a partir da vivência no campo de estágio, pode ser percebido que as mudanças cada vez mais aceleradas no mundo do trabalho vêm fazendo com que os trabalhadores adoçam de forma mais rápida, afetando não só sua saúde física, mas também sua saúde mental e suas relações sociais.

Ao analisar o momento atual, em que há uma crise política e econômica no Brasil, e um momento de enxugamento de direitos como por exemplo a aprovação da lei da terceirização e da reforma trabalhista, é possível relacionar o aumento no número de afastamentos dos trabalhadores com a evolução e a transformação da acumulação flexível. A pressão por se manter em seus empregos e se manter com o nível de especialização para receber promoções faz com que os trabalhadores ultrapassem seus limites físicos e mentais para sobreviver no mundo do capital.

Além disso, o tema está sendo um dos mais comentados no momento. Com a crise atual no Brasil, a maior parte dos trabalhadores estão adoecendo ou perdendo seus empregos, as estatísticas mostradas nos jornais mostram o aumento do número da classe trabalhadora

adoecida, deixando clara a pertinência do tema. Recentemente, saiu uma matéria na área de economia no site do G1/Globo sobre um estudo do IBGE divulgando aumento de 13,7% no número de desempregados no trimestre de janeiro a março do ano de 2017. Segundo o IBGE desde 2012, não se tem uma taxa tão alta de desocupação.

Nesse trabalho busca-se demonstrar através de uma revisão bibliográfica e documental e da vivência do cotidiano, que o capital é o responsável pelo significativo aumento do número de trabalhadores adoecidos e principalmente do aumento do número de adoecidos por transtorno mental.

Para desenvolver a pesquisa o método escolhido foi o bibliográfico. Isso significa que a pesquisa será feita baseada em livros, artigos científicos e matérias jornalísticas já publicadas. Além disso, haverá uma comparação de dados sobre os índices de afastamentos de trabalhadores de seus postos de trabalho baseados em estatísticas disponibilizadas em jornais e boletins disponibilizados pelo Ministério da Fazenda e Previdência.

Os principais autores que irão compor o trabalho são: Karl Marx, Friedrich Engels Ricardo Antunes , Christophe Dejours, Matias Luce, Ruy Mauro Marini entre outros.

Além dos autores citados, para a coleta de dados serão usados os bancos de dados do Ministério da Previdência, Ministério da Fazenda, e cadernos de economia do jornal O Globo.

A monografia está dividida em três capítulos que irão abordar os principais aspectos que rodeiam a relação entre trabalho e adoecimento do trabalhador. O primeiro capítulo irá discutir a categoria do trabalho. O segundo as mudanças do trabalho no cenário neoliberal e o terceiro disserta sobre os processos de adoecimento do trabalhador nesse cenário.

2 A história do modo de produção capitalista

O presente capítulo vai abordar a história do modo de produção capitalista e seus rebatimentos na vida do trabalhador através do referencial teórico marxista. Com base na bibliografia é possível identificar que no modo de produção capitalista, o trabalhador se torna propriedade de outro, se aliena, é explorado e é obrigado a vender a única coisa que permanece como sua: a força de trabalho.

É importante ressaltar que esse modo de produção se diferencia dos demais devido a sua divisão do trabalho em que o ponto central é a extração de mais valor da força de trabalho. Através da bibliografia de autores como Karl Marx, Friederich Engels e Marilda Yamamoto torna-se possível a reflexão da relação sobre burguesia x proletário na construção do modo de produção capitalista, ponto central no capítulo.

O capítulo está dividido em três momentos: o primeiro trata de situar historicamente como o fim do feudalismo possibilitou a transição para um novo modo de produção. O segundo momento trata de demonstrar como o processo de trabalho foi alterado com a entrada do novo modo de produção e como o processo de valorização que se conhece nos dias atuais foi construído. O terceiro e último momento trata das transformações ao longo do capitalismo e como essas mudanças interferem na vida do trabalhador.

2.1 Fim do sistema feudal e acumulação primitiva do capital

Para entender o papel que a categoria *trabalho* desempenha, é necessário analisar a estrutura e a construção histórica no âmbito socioeconômico que compõe a realidade da sociedade mundial. Segundo Karl Marx, a organização do trabalho é dada dentro dos moldes do sistema capitalista, que tem intrínseca a divisão do trabalho em duas grandes classes: a que detém os meios de produção, os meios de subsistência e o dinheiro (burguesia) e a que possui a força de trabalho para vender (proletariado).

A acumulação primitiva do capital é considerada o ponto de partida para compreender a trajetória do capitalismo. O sistema de produção capitalista surgiu a partir da dissolução do feudalismo. O feudalismo era um sistema dividido em três estamentos sociais: nobreza, clero e servos. A nobreza (também chamada de senhores feudais) exercia o poder absoluto em seus domínios e seu poder era baseado no número de súditos que detinha. O clero era uma instituição poderosa da sociedade feudal e tinha um enorme acúmulo de terra. Já os servos eram

subordinados a impostos e obrigações, o trabalho era fundamentado na servidão. A economia do feudalismo era baseada no consumo local de sua produção ou em trocas marginais de mercadorias, mas não existia um sistema monetário como no capitalismo.

É importante ressaltar que já no século XV, a servidão presente anteriormente estava desaparecendo, dando lugar aos camponeses livres, arrendatários e classes de trabalhadores assalariados (pouco numerosos). A partir dos séculos XV e XVI, segundo Marx, o sistema feudal começou a passar por revoluções que abriram o caminho para o sistema capitalista. Marx utiliza a Inglaterra como modelo para explicar a transição do sistema feudal para o sistema capitalista, já que essa transformação ocorreu em diferentes formas em diversos países, e somente na Inglaterra ocorreu em sua forma clássica.

Com a crise na produção (superexploração dos solos levando-os a exaustão) e o abuso e exploração cometidos contra os camponeses, os próprios senhores feudais deram abertura para uma nova classe, com incontável sede de mudança surgir. Os camponeses seguiram sendo os mais prejudicados, já que as terras que habitavam foram expropriadas para que essas transformações ocorressem.

Uma massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observou corretamente sir James Steuart, “por toda parte lotavam inutilmente casas e castelos”. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua ânsia pela conquista da soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, a causa exclusiva dessa dissolução. Ao contrário foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quanto ao usurpar-lhes as terras comunais. (MARX, [1867] 2013, p.790)

A Igreja Católica também sofreu com as consequências dessa transformação. A desapropriação das terras da Igreja para transformá-las em pasto foi mais uma das medidas para criar um ambiente propício para o novo sistema, já que a Igreja era uma instituição poderosa no sistema feudal. Com a ruína deste sistema, não havia possibilidades de manter as antigas relações de propriedade da igreja, já que estava diretamente ligada ao mesmo.

Para obter um ambiente propício para a nova forma organizacional econômica, as terras comunais (eram comunais por serem de propriedades de cunho coletivo) foram usurpadas. Nas últimas décadas do século XVIII, haviam os últimos resquícios dessas propriedades. O solo foi transformado em artigo puramente comercial. A violência e criação de leis para legalizar a usurpação das terras foram os principais meios da nova aristocracia para a instituição do novo sistema.

Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII está em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados. A forma parlamentar do roubo é a das “Bills for Inclosures of Commons” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. (MARX, [1867] 2013, p.796)

Começava a surgir uma classe trabalhadora que necessitava vender sua força de trabalho para sobreviver, o trabalhador é transformado em mercadoria e não tem mais controle do seu tempo de produção. O trabalhador deixa sua condição de servidão ao senhor feudal para se tornar dependente das demandas do capital. O trabalhador que anteriormente vivia no campo foi obrigado a migrar para as cidades. E cada uma dessas medidas foi tornando o ambiente favorável a uma nova forma de organização política, econômica e social.

“Quando” – diz o dr. Price – “a terra cai em mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários” (anteriormente caracterizados por ele como “uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários, que se mantêm assim mesmo se as suas famílias com o produto das terras cultivadas por eles mesmos e com as ovelhas, aves, porcos etc. que criam nas terras comunais, tendo assim pouca necessidade de comprar meios de subsistência”) “se transformam em pessoas que têm de obter sua subsistência trabalhando para outrem e que são forçadas a ir ao mercado para obter tudo de que precisam [...]. É possível que mais trabalho seja realizado, porque há mais compulsão para isso [...]. Cidades e manufaturas crescerão, porque mais pessoas em busca de trabalho serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos naturalmente opera e o modo como efetivamente tem operado, neste reino, há muitos anos” (MARX, [1867] 2013, p.798).

Os trabalhadores que foram jogados ao novo processo de produção, não estavam preparados para tal e não podiam ser absorvidos por ele. Além disso, não conseguiam se adaptar ao novo modo de vida das grandes cidades. Nessa época, foram feitas leis que tornavam cada vez mais difícil para a classe trabalhadora achar outro caminho para sobreviver neste sistema a não ser a venda da força de trabalho.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado. (MARX E ENGELS, [1848] 2008, p.19)

Os trabalhadores eram tratados como vagabundos e sofriam graves punições por não se “enquadrarem” no novo sistema de produção. A lei da oferta e da procura prevalecia e era um dos alicerces desse sistema, já que como a procura é maior que a oferta, o salário oferecido podia ser o mínimo possível. Na Europa Ocidental, ao longo do século XVI, surgia uma legislação cada vez mais violenta com o que a burguesia chamava de “vagabundagem”.

Através dessas medidas e de muita repressão, ficou cada vez mais difícil uma resistência do trabalhador. Ele se torna dependente das condições de produção. Esse momento é considerado por Marx como um dos momentos essenciais da acumulação primitiva.

A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva. (MARX, [1867] 2013, p.809).

A expropriação da terra foi uma das principais formas para o surgimento da classe do proletariado, mas os arrendatários surgem não só do processo de usurpação das terras, mas também das transformações que ocorreram a partir desse momento. A expulsão da população rural forneceu à indústria urbana os trabalhadores assalariados e seus meios de subsistência. Além disso, possibilitou também a criação do mercado interno, que é uma das condições necessárias para o início da consolidação do modo de produção capitalista.

Marx ressalta que apenas desse modo - expropriando o camponês e destruindo a indústria doméstica rural - é possível dar ao mercado interno a consistência necessária para o modo de produção capitalista. Mas que apesar dessa transformação, a manufatura por si só não provocou uma transformação radical no modo de produção, já que ela apenas se apodera de modo fragmentado da produção nacional e tem como base para sustento o artesanato urbano e a indústria subsidiária doméstica e rural. É a indústria com a maquinaria e a expropriação radical da população rural que conquista capital industrial para o mercado interno.

Essas matérias primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se, agora, em artigos de manufatura, cujos mercados são formados precisamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial. (MARX, [1867] 2013, p.818).

Diferentemente do arrendatário, a gênese do capitalista industrial não ocorreu de forma gradativa. A descoberta de novas terras, escravização das populações nativas dessas terras e as guerras comerciais entre as nações, deram ainda mais impulso para acelerar o modo de produção capitalista globalmente. Os momentos da acumulação primitiva passam agora a ter sequência cronológica por vários países da Europa e isso possibilita no final do século XVII, a Inglaterra a dar origem ao sistema colonial, sistema da dívida pública, sistema tributário e protecionista. Esses métodos tinham, em parte como base, a violência. Um ponto importante a ser evidenciado, é que a violência, em todas as suas formas, é um importante instrumento no

processo de transformação da sociedade feudal em capitalista: “A violência é parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, [1867] 2013, p.821).

Através da construção do sistema colonial no período manufatureiro foi possível o amadurecimento do comércio e da navegação. Com as manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e também a acumulação potencializada dos monopólios de mercado. Além disso, o escravismo e os novos tesouros encontrados fora do território europeu passam a ser essenciais para a acumulação primitiva do capital. É a partir do sistema colonial que é proclamada a produção de mais-valor: “Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.” (MARX, [1867] 2013, p.824).

Durante o período manufatureiro, um dos mais poderosos artifícios da acumulação primitiva cuja origem é encontrada em Gênova e Veneza na Idade Média, tomou conta das relações comerciais: a dívida pública. O sistema de crédito público que imprimiu sua marca sobre a era capitalista é considerado, por Marx, como a alienação do Estado. Com as dívidas públicas surgiu um sistema internacional de crédito. Esse sistema torna-se mais uma das formas de expropriação e exploração do Estado sobre as grandes massas.

A gênese histórica da acumulação primitiva resulta na dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho. Como já foi dito, o período de pré-história do capital tem em sua gênese a exploração do trabalhador e a expropriação dos seus meios de subsistência e de seus instrumentos de trabalho. Uma das transformações do novo modo de produção é a forma da propriedade privada.

A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre. (MARX, [1867] 2013, p.830).

Assim, as transformações nas relações de propriedade alteram também as relações de trabalho. O processo de trabalho foi se alterando até ganhar a forma que o encontramos nos dias atuais. A próxima seção abordará esse tema e suas transformações.

2.2 O processo de trabalho e o processo de valorização

Ao começar a dissertar sobre o processo de trabalho, Marx define: “O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (MARX, [1867]2013, p.255). O ser humano transformando a natureza transforma a si mesmo, ele

potencializa e apropria-se da mesma de forma útil para sua vida. É importante ressaltar que o processo de trabalho independe, inicialmente, de qualquer forma social previamente determinada.

Antes de tudo, o que distingue o ser humano dos animais é sua capacidade teleológica, ou seja, suas ações têm um fim, um objetivo. Pode-se aqui exemplificar uma situação: a abelha vai transformando a natureza conforme suas necessidades, ou seja, não há um planejamento. Já o ser humano ao construir prédios já tem em sua cabeça o modelo da obra, ele efetua a ação com um objetivo desde o início do trabalho, utiliza os meios que a natureza oferece para chegar a uma finalidade.

O processo de trabalho possui elementos simples: a atividade orientada a um fim ou trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. O que o ser humano já encontra na natureza (como terra e a água) são considerados meios de subsistência já prontos, pois o ser humano não atua diretamente em sua contribuição e são, segundo Marx, objeto geral do trabalho humano. Já os objetos de trabalho em que há a ação direta do ser humano, como por exemplo a lavagem do minério arrancado do filão, são chamados de matéria prima. Os meios de trabalho são aqueles em que o ser humano se apropria do objeto explorando suas propriedades físicas, químicas e mecânicas como condutores para o seu objetivo final. “Considerando-se o processo inteiro do ponto de vista de seu resultado, do produto, aparecem ambos, meio e objeto de trabalho, como meios de produção, e o trabalho mesmo como trabalho produtivo.” (MARX, [1867] 2004, p. 34)

O ser humano é considerado um animal que faz ferramentas para seu processo de trabalho. Um fato importante é que os restos encontrados, por historiadores, de meios de trabalho têm uma importância fundamental para o entendimento das formações sócio- históricas atuais, já que é a partir deles que se pode identificar as diferenças entre as diversas épocas econômicas.

O ser humano utiliza os meios de trabalho, que servem como condutores, para a transformação do objeto no produto desejado por ele. O produto do processo de trabalho é um valor de uso. Marx ressalta que não somente o produto de um determinado processo de trabalho é um valor de uso, como também outros produtos de processos anteriores que estão nele como meios de produção: “O mesmo valor de uso constitui o produto desse trabalho, e o meio de produção daquele. Produtos são, por isso, não só resultados, mas ao mesmo tempo condições do processo de trabalho” (MARX, [1867] 2004, p. 34). Os meios de trabalho sofrem

transformações pela ação humana em cada processo de trabalho que passam, e vestígios dessas transformações podem ser vistos em cada novo processo.

O produto de um determinado processo de trabalho pode ser utilizado como meio de trabalho ou matéria-prima em um outro processo, depende do valor que lhe será dado. O mesmo ocorre com a matéria-prima que pode ser principal ou auxiliar em determinado processo. “O fato de um valor de uso aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto, depende totalmente de sua função determinada no processo de trabalho, da posição que nele ocupa, e com a mudança dessa posição variam essas determinações.” (MARX, [1867] 2004, p. 36). O produto não é apenas o resultado do processo de trabalho, mas também é uma das condições necessárias para o processo existir e é através do contato com o trabalho vivo que os produtos são passados como valores de uso.

É necessário salientar que, segundo Marx, o trabalho é um processo de consumo produtivo e que se difere do consumo individual. Essa afirmação deriva-se do fato de que, no consumo individual o produto é consumido como meio de vida do indivíduo vivo e, no consumo produtivo, o produto é consumido como meio de subsistência do trabalho, a força de trabalho atuante do indivíduo. Portanto, no consumo individual o produto é o próprio consumidor enquanto que no consumo produtivo o produto é algo diferente do consumidor.

Como foi citado anteriormente, o trabalho independe da forma de produção. Inicialmente era a relação entre o ser humano e a natureza que prevalecia independente da forma social e econômica dessa produção.

O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as formas sociais. (MARX,[1867] 2004, p. 38)

Apesar da natureza do processo de trabalho não se alterar naturalmente quando o capitalista passa a integrar o processo, algumas características peculiares são notáveis quando o processo de consumo da força de trabalho passa a ser feita pelo capitalista. Primeiramente, o trabalhador passa a ter seu trabalho controlado pelo capitalista, que cuida do processo para que o mesmo se realize conforme suas necessidades, sem desperdícios de matéria prima, conservando o instrumento de trabalho e os meios de produção. Além disso, o produto passa a ser propriedade do capitalista e não de seu produtor direto que é o próprio trabalhador. O trabalhador se torna uma mercadoria para o capitalista, ele compra a força de trabalho do

trabalhador, que passa a ser mais um elemento constitutivo o processo de trabalho e o valor de uso da força de trabalho passa a pertencer ao capitalista. O capitalismo “força” a propriedade privada.

De seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. O processo de trabalho é um processo entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, [1867] 2004, p. 40)

Como já foi dito anteriormente, o produto, que é propriedade do capitalista, é um valor de uso, mas não apenas isso. O capitalista produz valores de uso para que estes possuam valor de troca e se caracterizem como uma mercadoria. Além disso, o capitalista quer produzir um produto que tenha valor mais alto do que os valores usados para sua produção, ou seja, quer produzir mais-valor.

Marx ressalta que o processo de produção também deve ser considerado um processo de formação de valor, já que a mercadoria é um processo de valor de uso e de valor. O autor define como o valor da mercadoria é determinado: “(...) é determinado pelo quantum de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção” (MARX, [1867] 2004, p. 41).

O autor utiliza-se de o exemplo da fabricação do fio para ilustrar o cálculo do trabalho que foi materializado em um produto. Como já foi mencionado, o produto de um trabalho pode ser meio de produção de outro. Isso faz com que o trabalho de um determinado produto como o fio por exemplo, tenha em si todo um trabalho passado, como o algodão e o fuso tem seu tempo de produção, e esse passa ser integrado ao tempo de produção do fio. Os valores dos meios de produção que integram determinado produto são partes integrantes do valor desse mesmo produto. Sendo assim, duas condições devem ser preenchidas: os produtos integrantes do produto final devem ter sido na produção um valor de uso, que carrega valor e presume-se que apenas o trabalho socialmente necessário foi aplicado. É importante lembrar que, no processo de valorização, somente o trabalho socialmente necessário conta como formador de valor.

O outro ponto a ser estudado no processo de valorização é o papel da força de trabalho na criação do mais valor. Marx utiliza vários exemplos para demonstrar como o capitalista utiliza a compra da força de trabalho (que se torna sua propriedade) para extrair o mais-valor. O trabalhador poderia produzir em meia jornada de trabalho o necessário à sua reprodução, mas ao invés disso ele cumpre uma jornada inteira de trabalho e é nessa dinâmica que o capitalista

obtem seu mais valor. É importante evidenciar que a valorização da força de trabalho no processo de trabalho e seu valor se diferem e o capitalista tem esse fato em vista ao comprá-lo.

Sua propriedade útil, de poder fazer fio ou botas, era apenas uma *conditio sine qua non* [condição indispensável], pois o trabalho para criar valor tem de ser despendido em forma útil. Mas o decisivo foi o valor de uso específico dessa mercadoria ser fonte de valor e de mais valor do que ela mesma tem. Esse é o serviço específico que o capitalista dela espera. (MARX,[1867] 2004, p. 50).

Apesar do fato do trabalhador cumprir o dobro da jornada que necessita para sua reprodução parecer algo ilegítimo, o capitalista faz isso dentro das leis de mercado. O valor de uso da força de trabalho não pertence ao seu vendedor (o trabalhador) e sim pertence ao comprador de sua força de trabalho (ao possuidor de dinheiro). Ainda que não seja ilegal, a situação do trabalhador como vendedor de sua força de trabalho é uma injustiça, já que produz mais que o necessário para sua reprodução.

A próxima seção irá abordar de que maneira o capitalista começa a sua ascensão e como esse fato atinge diretamente o processo de trabalho, o processo de valorização e a força de trabalho dentro do modo de produção do capital.

2.3 Surgimento dos arrendatários e divisão social do trabalho – da cooperação à grande indústria

Marx questiona como os capitalistas surgiram, já que o proletariado surgiu da violenta expropriação das terras, e da ação violenta do Estado, que por tabela aumentava a acumulação do capital. A expropriação de terras só os tornava grandes latifundiários. A gênese dos arrendatários capitalistas surgiu de um processo lento e gradual. É importante ressaltar que cada parcela da sociedade tinha relações de propriedade diferentes e por isso foram emancipados economicamente de diferentes formas.

No século XV, os arrendatários não tinham a melhor situação, eram considerados medíocres, onde os camponeses independentes e servos agrícolas (que eram assalariados e produziam para si mesmos) se enriqueciam com seu trabalho e eles não. Somente após a revolução agrícola, o arrendatário enriqueceu ao passo que a população rural se tornou mais pobre. A usurpação das terras juntamente com a queda dos metais nobres fez com que os arrendatários reduzissem o nível dos salários, e enriquecessem às custas de seus trabalhadores.

A massa de proletários crescia ao passo que a população rural ia sendo expulsa e expropriada. Essa expropriação gerava mercado interno, meios de subsistência, material para o capital e trabalhadores para sua produção. A produção que anteriormente era feita pelo

camponês para seu próprio consumo passa a converter os meios de subsistência e as matérias-primas em mercadoria, onde os grandes arrendatários as vendem e criam o mercado manufatureiro.

No capítulo 11 do livro I de *O capital*, Karl Marx enfatiza que a produção capitalista tem seu início “quando o capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes”.(MARX, [1867] 2013, p.397). Logo, é a partir desse momento que o sistema capitalista começa a se desenvolver.

A cooperação simples é a primeira etapa da forma de produção capitalista. A cooperação consiste em uma forma de organização do trabalho em que um grupo de indivíduos desenvolve o mesmo trabalho de forma mútua. Se uma mesma tarefa é executada por mais braços, o tempo de trabalho necessário para a execução da tarefa diminui.

Quando os trabalhadores realizam uma mesma tarefa de forma simultânea e conjunta, eles superam suas limitações e desenvolvem sua capacidade genérica. Além disso, os trabalhadores ocupam o mesmo espaço de trabalho. O capitalista compra a força de trabalho de cada trabalhador ao mesmo tempo, ou seja, a condição da cooperação é a aglomeração dos trabalhadores no mesmo local realizando a mesma tarefa.

Para o capital o custeio do número de trabalhadores ao mesmo tempo é dispendioso, logo o número de trabalhadores que cooperam em uma determinada produção depende de quanto o capitalista pode investir na compra da força de trabalho. Segundo Marx, “a concentração de grandes quantidades de meios de produção nas mãos de capitalistas individuais é, pois, a condição material para a cooperação de trabalhadores assalariados, e a extensão da cooperação, ou a escala da produção, depende do grau dessa concentração.” (MARX, [1867] 2013, p.405).

A partir desse momento, a grandeza material do capital passa a ganhar um novo papel. O capitalista passa a ser imprescindível para coordenar o processo de produção, já que o número de trabalhadores cooperando é grande e torna-se necessário ter alguém a frente do processo para que ele se transforme em um trabalho social e combinado. É o capital que tem a função de direcionar, supervisionar e mediar o processo de produção.

O fato do trabalhador não trabalhar para si, mas sim para o capital, o faz submisso e o obriga a vender sua força de trabalho. É essa força de trabalho cooperando quem dá ao capital

através da sua exploração e maior produção de mais-valor o que ele precisa para a manutenção e aumento de sua riqueza.

É importante ressaltar que o capitalista necessita, para que o processo de produção traga os resultados esperados, que o trabalhador venda sua única propriedade: a sua força de trabalho. Marx resalta que os trabalhadores são indivíduos independentes e que cooperam a partir do processo de trabalho, mas que quando ocorre esse momento eles já não pertencem a si mesmos e passam a ser a força produtiva do capital.

Ao passo que o número de trabalhadores aumenta, aumenta também sua resistência, logo, o antagonismo entre empregador e o trabalhador é ainda mais ressaltado. Com isso, o capitalista vê como necessidade controlar essa massa de trabalhadores na produção já que o capital precisa submeter o trabalhador ao seu objetivo. Para obter esse controle na cooperação, o capital cria funções no processo de produção. O capitalista passa a função de supervisor a um trabalhador específico, sendo assim essa forma de organização comparada por Marx a de um exército em que necessita de oficiais militares.

A cooperação é a forma básica de produção do capitalismo, ainda que seja uma forma antiga de organização. No âmbito capitalista ela se torna o ponto de partida do sistema, assumindo sua forma clássica na manufatura.

A manufatura, segundo Marx, possui uma dupla origem a partir do artesanato. Ela parte da cooperação de um grupo de artesãos que anteriormente realizavam um mesmo processo individualmente, e que passam a executar partes do processo, fragmentando-o e fazendo com que cada um tenha uma função no processo de produção. Além disso, a manufatura tem sua formação fundamentada a partir de processos que antes eram autônomos e passam a constituir um mesmo processo de produção, o capitalismo.

A manufatura é uma das formas mais evoluídas da divisão do trabalho no sistema capitalista, mas é extremamente dependente da força de trabalho do proletariado, logo depende do desenvolvimento e rendimento de cada trabalhador individualmente. Sua principal configuração é que os seres humanos são seu combustível para produção.

É necessário salientar que na prática o mercado manufatureiro diferencia-se do modelo anterior (indústria artesanal de produção), apenas porque efetivamente o número de trabalhadores é mais elevado.

A divisão social do trabalho manufatureira permanece tendo como base o artesanato. O processo manufatureiro transforma a atividade artesanal em várias operações fragmentadas. O trabalhador passa a se dedicar a sua função parcial, sendo essencial para a parte do processo que executa.

Uma das características da manufatura é o aumento da produção em menos tempo. Isso ocorre, pois, o trabalhador executa a mesma função por longos períodos de tempo e conseqüentemente passa a precisar de menos tempo para realizá-la. Além disso o trabalhador passa a ser mais detalhista com o trabalho que executa, já que se torna um “especialista” em sua função.

No entanto, ao passo que executa a mesma função com virtuosidade, o trabalhador fica “preso” ao mesmo tipo de trabalho, que é visto como vocação que deve ser passado para as próximas gerações, durante o processo de produção, sendo esta característica comparada a tendência de sociedades anteriores.

A produtividade do trabalho na era manufatureira não depende apenas do trabalhador, depende também de suas ferramentas de trabalho: “O período da manufatura simplifica, melhora e diversifica as ferramentas de trabalho por meio de sua adaptação às funções específicas e exclusivas dos trabalhadores parciais.” (MARX, [1867] 2013, p.416).

Para Marx, existem duas formas fundamentais de manufatura: a heterogênea e a orgânica. Na manufatura heterogênea, cada trabalhador produz seu ofício e no final do processo, um outro trabalhador reúne a etapa de cada um dos anteriores e assim se obtém o produto final. O exemplo utilizado por Marx é o relógio, em que cada trabalhador produz uma determinada peça do objeto e ao final, todas são utilizadas na montagem do relógio. Já na manufatura orgânica, a produção é dividida em fases, em que os trabalhadores realizam o trabalho em sequência.

Na manufatura é necessário manter uma conexão entre o processo de produção de cada trabalhador. É importante manter um controle sobre o tempo necessário para a realização de cada etapa da produção, já que os trabalhadores são dependentes entre si para que essa produção chegue ao resultado esperado. Essa dependência entre as etapas do processo manufatureiro de trabalho e o tempo necessário para realização das etapas do processo são pontos importantes que devem ser destacados.

Cada etapa do processo de produção manufatureiro leva um tempo distinto para ser realizada. Logo, para que o processo ocorra simultaneamente e de forma ininterrupta é necessário empregar proporcionalmente o número de trabalhadores com o tempo necessário que é gasto em cada etapa.

A divisão manufatureira do trabalho, portanto, não só simplifica e diversifica os órgãos qualitativamente diferentes do trabalhador coletivo social como também cria uma proporção matemática fixa para a extensão quantitativa desses órgãos, isto é, para o número relativo de trabalhadores ou grandeza relativa dos grupos de trabalhadores em cada função específica. Ela desenvolve, com a subdivisão qualitativa do processo de trabalho social, a regra quantitativa e a proporcionalidade desse processo. (MARX, [1867] 2013, p.420).

No período da manufatura começa a desenvolver-se o uso da maquinaria, ainda que esporádico. O uso desse artifício possibilitou que muitos matemáticos da época fossem estimulados para a criação da mecânica moderna.

Mesmo com o início do uso esporádico de máquinas, o trabalhador coletivo segue sendo a personagem principal da produção. Cada trabalhador parcial, como já foi anteriormente mencionado, tem uma função específica dentro do processo de acordo com suas qualidades em potencial. Sendo assim, toda a virtuosidade do trabalhador parcial é explorada, formando-se um trabalhador coletivo com a regularidade de uma máquina.

A divisão do trabalhador por suas qualidades específicas desencadeia na manufatura uma hierarquia das forças de trabalho. A mais simples divisão dessa hierarquia é entre o trabalhador qualificado e o não-qualificado (o trabalho de menor complexidade). Independentemente da classificação do trabalhador, em ambos os casos, a força de trabalho tem seu valor diminuído e essa desvalorização permite uma maior valorização do capital. “pois, tudo o que encurta o tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho estende, ao mesmo tempo, os domínios do mais-trabalho” (MARX, [1867] 2013, p.424).

É necessário salientar que a divisão manufatureira do trabalho tem origem especificamente no sistema capitalista. Logo, o trabalhador se torna completamente dependente do capital. O trabalhador não possui os meios materiais para a produção de mercadorias, logo lhe resta a alternativa de vender sua força de trabalho ao capital, transformado o trabalhador parcial em trabalhador coletivo. O trabalhador parcial garante a riqueza do capital enquanto empobrece e se torna cada vez mais servo do mesmo: “Na manufatura, o enriquecimento do trabalhador coletivo e, por conseguinte, do capital em sua força produtiva social é condicionado pelo empobrecimento do trabalhador em suas forças produtivas individuais.” (MARX, [1867] 2013, p.434).

A divisão manufatureira aparece como um progresso para a formação econômica da sociedade e ao mesmo tempo como uma forma civilizada e mascarada de exploração do trabalhador. Apesar do período manufatureiro ter tido como característica a divisão simples de trabalhadores qualificados e não-qualificados, o capital enfrentou obstáculos devido à resistência dos trabalhadores.

Essa resistência era uma das razões pela qual o capital não conseguiu avançar com a manufatura. Além disso, a base técnica manufatureira já havia atingido um grau de desenvolvimento que a produção não podia mais suprir. A maquinaria que estava sendo desenvolvida na manufatura abre portas para um novo momento no modo de produção capitalista: a industrialização.

Segundo Marx, a grande diferença entre a manufatura e a grande indústria é a transformação do meio de trabalho: “Na manufatura, o revolucionamento do modo de produção começa com a força de trabalho; na grande indústria, com o meio de trabalho” (MARX, [1867] 2013, p.445).

A partir disso, é necessário salientar que a maquinaria não é de forma alguma um meio de tornar a jornada de trabalho mais amena ao trabalhador. Ela na verdade serve como produção do mais-valor já que diminui o tempo de produção das mercadorias fazendo com que a força de trabalho dê mais tempo de sua jornada ao capitalista, e dando a ele o que mais lhe dá lucro na produção: o mais-valor do trabalhador.

A partir do século XVIII inicia-se o processo de transição da manufatura para a grande indústria. Como já foi dito anteriormente, a manufatura não estava mais sendo o suficiente para o progresso da produção, já não estava mais correspondendo as necessidades do capital. A manufatura criou a base para o surgimento dos elementos técnicos e científicos para a grande indústria, além de ter servido como base para a divisão do trabalho na nova forma de produção.

Se antes o ser humano era a força motriz para o funcionamento da produção, a máquina passa a ser essa força no período da grande indústria. A princípio surgiram ainda no período da manufatura as chamadas máquinas- ferramentas. Para compreender a maquinaria desenvolvida, segue trecho de Marx, em *O capital*:

Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e, por fim, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A máquina motriz atua como força motora do mecanismo inteiro. Ela gera sua própria força motora, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já existente e externa a ela, como a roda d'água o recebe da queda-d'água, as pás do

moinho, do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, polias, hastes, cabos, correias, mancais e engrenagens dos mais variados tipos, regula o movimento, modifica sua forma onde é necessário – por exemplo, de perpendicular em circular – e o distribui e transmite à máquina-ferramenta. Ambas as partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme a uma finalidade. É dessa parte da maquinaria, a máquina-ferramenta, que nasce a revolução industrial no século XVIII. Ela continua a constituir um ponto de partida, diariamente e em constante renovação, sempre que o artesanato ou a manufatura se convertem em indústria mecanizada. (MARX, [1867] 2013, p.446.).

É possível perceber que, a princípio, a diferença entre a maquinaria e a manufatura em sua essência não existia. A diferença salta aos olhos a partir do momento em que o ser humano deixa de ser a principal ferramenta para a produção sendo substituído pela máquina. Para maiores resultados na produção, já que a força humana não era o suficiente para atender as demandas de mercado e limitava o avanço da grande máquina, foi necessário que essa força motriz fosse substituída por outras ferramentas, como por exemplo o vento e a água. A força humana passa a ser meramente mecânica.

Como já foi dito, no período manufatureiro, o trabalho vivo era a principal chave da produção e o capitalista dependia exclusivamente da força de trabalho humana. Com a chegada das máquinas, o trabalhador se torna apenas o operador do equipamento e sua força de trabalho vai se desvalorizando cada vez mais. A revolução do meio de trabalho, lê-se aqui a introdução das máquinas no sistema de produção, repercutiu diretamente no trabalhador em todos os âmbitos.

Uma das primeiras medidas que o capital tomou a partir da era da maquinaria foi a de empregar mulheres e crianças. Já que o uso de máquinas não necessitava de uma força brutal, mas sim de flexibilidade, a utilização dessa força de trabalho passou a ser um dos artifícios do empregador. Agora, não é apenas um trabalhador do núcleo familiar que serve ao capital, mas o núcleo familiar inteiro. E por mais que o capital tenha maiores custos ao ter mais empregados, ele tem ainda mais trabalhadores fornecendo o mais-valor.

A maquinaria possibilita ainda mais o aumento da exploração humana. Um exemplo dessa exploração foi o aumento do índice de mortalidade infantil na época. Com os pais trabalhando e as próprias crianças no meio de produção, a saúde e alimentação ficavam precárias, levando-as a ter sua saúde prejudicada e com o pouco recurso oferecido levando-as muitas vezes a morte.

A resistência criada pelo trabalhador na manufatura é quebrada e perde sua força logo no início da maquinaria, o trabalhador se torna um instrumento na era da maquinaria. A

introdução das máquinas possibilitou ao capital o prolongamento da jornada de trabalho. A durabilidade das máquinas e sua possível substituição por máquinas mais modernas fazem parte do discurso do capital para o aumento da jornada de trabalho do trabalhador, já que quanto menor for o tempo de sua reprodução, a máquina terá sua depreciação adiada: “Quanto mais curto o período em que seu valor total é reproduzido, tanto menor o perigo da depreciação moral, e quanto mais longa a jornada de trabalho, tanto mais curto é aquele período.” (MARX, [1867] 2013, p.476).

Um outro ponto importante da revolução industrial é a intensificação do trabalho nas fábricas. O prolongamento da jornada de trabalho era desmedido e passou a ser criticado pela sociedade inglesa. Com a criação da lei fabril em que a jornada de trabalho deveria ser de 10 horas, o capital passa a intensificar a jornada de trabalho na maquinaria. Marx cita que tal ação se dá de duas formas: “[...] pela aceleração da velocidade das máquinas e pela ampliação da escala da maquinaria que deve ser supervisionada pelo mesmo operário, ou do campo de trabalho deste último.” (MARX, [1867] 2013, p.484). O capitalista passa a exercer um controle mais rigoroso no processo de produção. Além disso o capital percebe que a diminuição das jornadas de trabalho também poupa gastos com os custos da produção.

A introdução das máquinas na produção capitalista exibiu um novo cenário no que diz respeito a produção de mais-valor. A revolução industrial representou a subsunção real do trabalho ao capital. É importante levar em conta que o aumento da produtividade não é proporcional ao aumento do salário do trabalhador, pelo contrário, com o aumento da produção, os valores das mercadorias tendem a diminuir, logo, na lógica do capital não há razão para o aumento do salário do trabalhador mesmo que ele trabalhe mais horas ou com mais intensidade. Além disso, há uma contradição na maquinaria quanto a produção de mais- valor:

Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores. Essa contradição imanente se manifesta assim que, com a generalização da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida mecanicamente se converte no valor social que regula todas as mercadorias do mesmo tipo, e é essa contradição que, por sua vez, impele o capital, sem que ele tenha consciência disso, a prolongar mais intensamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a diminuição do número proporcional de trabalhadores explorados por meio do aumento não só do mais-trabalho relativo, mas também do absoluto. (MARX, [1867] 2013, p.480).

O trabalhador torna-se um “apêndice da máquina”, perde sua autonomia e por fim produz mais-valor absoluto e relativo para o capital. Na era da maquinaria a base técnica da divisão do trabalho antes estabelecida pela manufatura é superada. A divisão do trabalho na

maquinaria é puramente técnica, diferentemente da manufatura, na grande indústria os trabalhadores podem ser trocados de função nas máquinas sem a interrupção do processo de trabalho. Apesar de ter diferenças técnicas, em um primeiro momento, a divisão do trabalho que prevalecia no período manufatureiro permanece na fábrica e consolida ainda mais a dependência do trabalhador em relação ao capital.

Com a expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu toda a autonomia e deixou, assim, de interessar ao trabalhador. Ele se torna um apêndice da máquina, dele se exige o trabalho manual mais simples, monótono e fácil de aprender. Os custos do trabalhador se resumem aos meios de subsistência de que necessita para se manter e se reproduzir. O preço de uma mercadoria, portanto também do trabalho, é igual aos custos de produção. Quanto mais adverso o trabalho, menor o salário. Mais ainda: na medida em que maquinaria e divisão do trabalho se expandem, aumenta a massa de trabalho, seja pelo aumento de tempo de trabalho, seja pela exigência de mais trabalho no mesmo intervalo de tempo, mais velocidade das máquinas etc. (MARX; ENGELS, [1848] 2008. p.20)

O trabalho morto (feito por máquinas), domina, suga e aliena a força de trabalho vivo (humano). O trabalhador passa a ser um vigilante da máquina, intervindo eventualmente, não sendo o cérebro de todo o processo, é o proletário que produz o produto que vai dominá-lo e aliena-lo do processo de trabalho. Ao contrário da ideia passada pelo capital, de que a chegada da grande indústria diminui o trabalho do trabalhador, o que ocorre é que a maquinaria usurpa do trabalhador o conteúdo do trabalho e afeta ainda mais sua saúde física e mental.

A máquina não livra o trabalhador do trabalho, mas priva-o de seu conteúdo. Este trabalho mecanizado e automatizado, de mera vigilância, esgota ainda mais o trabalhador: afeta-lhe o sistema nervoso, depaupera sua atividade muscular, confisca-lhe toda a atividade física e intelectual. (IAMAMOTO, 2011, p.68)

Como já foi mencionado anteriormente, a divisão do trabalho na fábrica assume uma forma peculiar, de modo que se constrói um regime fabril, em que o trabalho de supervisão passa a ser desenvolvido e os trabalhadores passam a ser divididos em trabalhadores manuais e capatazes. Para o andamento da produção corresponder às expectativas do capitalista, é necessário que haja uma supervisão do processo de trabalho. Para isso, o capitalista cria um código fabril com a finalidade de regular o processo social de trabalho. Esse código é mais uma das armas do capitalista, já que através dele são legitimadas as punições que o trabalhador sofre nas máquinas por meio de multas e descontos salariais. Além do código fabril, as péssimas condições de trabalho dentro das fábricas afetavam diretamente a saúde e as condições de vida do operário.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal em grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, concentradas na fábrica, são organizadas militarmente. Eles são colocados como soldados rasos sob a supervisão de uma hierarquia inteira de suboficiais e oficiais. Não são apenas serviçais da classe burguesa, do Estado burguês; são oprimidos todos os dias e horas pela máquina, pelo

supervisor e, sobretudo, pelos próprios donos das fábricas. (MARX; ENGELS, [1848] 2008, p.20)

A partir do momento em que máquinas entram no processo de trabalho pode-se dizer que há uma coisificação do trabalhador e uma personificação da máquina, já que nesse momento é a máquina quem dita o ritmo da produção e não o contrário. A máquina serve e privilegia ao capital não podendo ser vista de outra forma senão como oposta ao trabalho vivo (proletários). A introdução da maquinaria possibilita ao capital a redução do tempo de trabalho necessário do trabalhador e a extração de uma parcela ainda maior de mais-valor, tornando a exploração do trabalhador ainda mais intensa. A subsunção real do trabalho ao capital está diretamente ligada a introdução das máquinas e da ciência no processo de produção, que tem como consequência a alienação e a dominação do trabalhador em relação ao processo de trabalho.

A finalidade do emprego das máquinas não é facilitar os esforços do homem, mas reduzir o trabalho necessário e, em contrapartida, ampliar a parcela da jornada de trabalho entregue sem equivalente ao capitalista. É um meio peculiar de produção de mais-valia relativa, de exploração do trabalho de modo cada vez mais intensivo. É a razão histórica que impulsiona a grande indústria e a divisão do trabalho que a caracteriza. Trata-se da transformação histórica dos instrumentos de trabalho tradicionais e da atividade humana no seu manejo em meios adequados à forma capitalista de exploração. (IAMAMOTO, 2011, p.70)

É importante ter em mente que a nova divisão do trabalho na grande indústria não afeta somente a organização do trabalho na fábrica, mas também a estrutura da vida em sociedade. A nova divisão modifica os costumes, as relações sociais e cria novas necessidades sociais, afetando o âmbito profissional e a vida social dos indivíduos.

O desenvolvimento industrial modifica a própria organização da vida na sociedade: universaliza a concorrência, cria e consolida o mercado mundial, desenvolve os meios de comunicação, a propaganda, submete a si o comércio, multiplica e diversifica os ramos industriais, amplia a concentração e centralização do capital. (IAMAMOTO, 2011, p.74)

A maquinaria, como meio de exploração do capital, desvaloriza a força de trabalho e reduz os postos de trabalho ocupados por ela. A máquina se torna concorrente do trabalhador, e aniquila as condições de sua existência. O trabalho realizado pelos homens adultos tem sua realização substituída por crianças ao passo que a maquinaria se desenvolve e a força manual passa a não ser tão necessária, modificando a configuração de trabalho do trabalhador.

Com a entrada da maquinaria e essas novas condições de vida, há também o início da resistência do trabalhador. O histórico de lutas entre os capitalistas e os trabalhadores ocorre desde o tempo da manufatura, mas na maquinaria é a primeira vez que o trabalhador luta contra o meio de trabalho, ou seja, contra o modo material de existência do capitalista. Primeiramente,

durante os séculos XVII e XVIII, a Europa testemunhou inúmeras revoltas dos trabalhadores contra as máquinas, os trabalhadores lutavam contra as próprias máquinas, destruindo-as. Levou-se um tempo para que o trabalhador pudesse perceber que sua luta não era com o meio de trabalho (máquina) e sim com a forma social de exploração desse meio feito pelo capitalista.

A partir do momento em que o trabalhador passa a compreender que o capitalista o trata como uma coisa, ele começa a se rebelar contra a classe dominante. Como já foi dito, foi no período da maquinaria que a revolta dos operários contra a burguesia emergiu. A revolta dos proletários assume diversas formas ao longo do tempo. A primeira delas foi o crime. A miséria, as más condições de trabalho do operário e a diferença do modo de vida entre burgueses e trabalhadores começou a inquietar o trabalhador, que na situação de miséria não tinha outra alternativa senão começar a roubar. Logo depois, os trabalhadores passaram a destruir as máquinas e perseguir seus criadores.

Em pouco tempo o trabalhador percebeu que essas formas de revolta apenas pioravam as repressões contra o próprio proletariado, além de não contemplarem todas as premissas necessárias. Logo, tornou-se imprescindível encontrar uma nova forma de oposição a classe dominante.

A lei aprovada em 1824, que anulava as disposições que proibiam as organizações em defesa dos operários, foi uma grande vitória para a classe trabalhadora, que nesse momento ganhava o direito de se associar. Apesar de anteriormente já existirem essas associações de forma clandestina, é a partir da sua legalização que elas ganham força. Essas organizações tinham como principal objetivo defender os direitos dos operários da opressão da burguesia.

Em todos os ramos de trabalho constituíram-se organizações semelhantes (trade unions), com o objetivo declarado de proteger o operário contra a tirania e o descaso da burguesia. Eram suas finalidades fixar o salário, negociar *en masse*, como força, com os patrões, regular os salários em relação aos lucros patronais, aumentá-los no momento propício e mantê-los em todas as partes no mesmo nível para cada ramo do trabalho; por isso, trataram de negociar com os capitalistas uma escala salarial a ser cumprida por todos e recusar empregos oferecidos por aqueles que não respeitassem. Ademais, outras finalidades eram: manter o nível de procura do trabalho, limitando o emprego de aprendizes e, assim, impedir também a redução dos salários, combater, no limite do possível, as estratégias patronais utilizados para reduzir salários mediante a utilização de novas máquinas e instrumentos de trabalho etc.; e, enfim ajudar financeiramente os operários desempregados. (ENGELS, [1845] 2008, p.250)

Ainda que essas associações não resolvam os problemas de grande magnitude, perante problemas menores elas têm importante eficácia. Se essas organizações não resistissem a exploração dos industriais e organizassem greves, os salários dos operários seriam cada vez

mais reduzidos conforme a necessidade do capital, porém em grades períodos de crise, as associações são impotentes.

Friedrich Engels faz uma reflexão em sua obra, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, a respeito da razão do operário em realizar greves sendo que sua eficácia vinha sendo questionada. O autor explica que a greve é necessária para o operário protestar e demonstrar ao industrial que apesar de parecer que o movimento não possui grandes resultados é ele quem dá limites ao próprio capital.

Apesar de muitas falhas nas associações e das diferentes vertentes das mesmas, é de extrema importância que o trabalhador se organize, pois só assim ele pode estar munido para lutar por direitos sociais e contra a exploração que é intrínseca ao capital. Com a exploração do capital, a resistência do trabalhador torna-se imprescindível nesse sistema.

No próximo capítulo o conceito da superexploração, será mais aprofundado levando em conta o cenário brasileiro e suas particularidades.

3 Desenvolvimento do modo de produção capitalista e suas particularidades na América Latina

Como já foi dito anteriormente, o capitalismo industrial se desenvolveu de forma mais acelerada do que os modos de produção anteriores. Com a expansão da manufatura, após a dissolução dos séculos feudais e com a expropriação e a expulsão da população rural, o capital monetário foi ganhando espaço e ampliando seus horizontes. Tal fato possibilitou a descoberta de novas terras, a escravização dos povos pertencentes a essas terras e guerras comerciais entre as nações. A descoberta de novas terras teve um papel fundamental na expansão do capitalismo.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. (MARX, [1867], 2013, P.821)

Um dos principais métodos usados na expansão pelo capitalista industrial, para garantir a submissão das demais nações ao seu modo de produção, foi a violência. Como é dito por Marx em *O capital*: “A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” (MARX, [1867] 2013, p.821). A violência torna-se aliada para o aceleração na transição de um modo de produção para outro.

O sistema colonial que vinha sendo construído alavancou o comércio e a navegação que por consequência fortalecia o progresso do capitalismo. Além do uso da violência, outros fatores também colaboraram para o desenvolvimento mais acelerado do novo modo de produção. Entre esses fatores está a dívida pública. O sistema de crédito público (dívida pública) imprime sua marca na era capitalista e toma conta das relações comerciais, sendo um dos fatores que possibilitaram a construção de um sistema internacional de crédito.

É importante ressaltar que o sistema tributário, o regime fiscal, a dívida pública e o sistema protecionista foram grandes aliados do capitalismo para sua ascensão. Através deles a expropriação do trabalhador foi ainda mais fortalecida.

No momento em que o comércio de navegação começa a expandir e encontrar novas terras para instaurar a exploração e expropriação dessas terras e dos povos, juntamente a outras medidas tomadas para o crescimento do capitalismo, há a construção do que chamamos de dependência. Na próxima seção iremos abordar o processo de colonização e a chegada do capitalismo na América Latina, principalmente, no Brasil.

3.1 Capitalismo no Brasil: Colonização e suas consequências econômicas

Para discutir como o capitalismo emergiu no Brasil, é necessário analisar sua história desde sua colonização. O Brasil, assim como toda a América Latina, foi colonizado por europeus e teve seus territórios explorados e expropriados por eles. Como o autor Caio Prado Júnior cita em seu texto “Sentido da colonização”, quando alguém pergunta sobre a história do Brasil pensa-se apenas a partir do momento de sua colonização, não se tem o costume de pensar quais razões levaram os europeus a chegarem as Américas. São essas razões, que pouco se perguntam e que pouco se sabem, que vão dar explicação para boa parte da formação e evolução da sociedade brasileira ao longo dos anos.

A partir do século XV, os países europeus começaram a expansão marítima que foi a responsável pelo descobrimento das Américas. Essa expansão surge de empresas comerciais em busca de um desenvolvimento comercial ainda maior do que o que já vinha acontecendo. A partir do momento que a Europa começa a expandir o comércio pela via marítima, um equilíbrio vai se formando dentro do continente, que anteriormente tinha seu comércio centralizado. Os portugueses se tornam os pioneiros nesse novo momento por sua localização geográfica privilegiada. Eles partem em direção a lugares mais distantes que outros países vizinhos em busca de territórios ainda não dominados e descobrem novas terras por essas rotas.

(...) Os portugueses vão mais longe, procurando empresas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis: buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nessa avançada pelo oceano descobrirão ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul. (PRADO JR, 2011, p.18)

Portugal passa a desenhar planos mais amplos cujo objetivo inicial era atingir a Índia e suas preciosas especiarias. Por isso os portugueses optaram por um novo caminho que passava por toda costa da África a fim de atingir o tão sonhado Oriente. Os espanhóis também passam a expandir suas rotas marítimas, mas optam pelo caminho do Ocidente diferentemente de Portugal. Esse momento é um dos que mais interessa na história do Brasil e das Américas, pois a Espanha descobre a América seguida de perto por Portugal. Desse momento em diante o rumo da história das Américas passa a ser diferente. Com a grande navegação oceânica aberta, todos os países europeus tentavam tirar proveito dessa situação.

É importante ressaltar que, a princípio, o interesse por novas rotas marítimas tinha como finalidade a expansão do comércio europeu e não ocorre a ideia de povoar nenhum território, interessava apenas traficar e explorar as áreas recém descobertas. Esse fato só muda de figura

quando foi percebido que não bastava apenas manter o negócio, a administração e a força armada, mas era necessário povoar para manter o abastecimento e a produção de toda feitoria, ou seja, a única finalidade do povoamento foi o favorecimento do comércio. Portugal também foi pioneiro neste momento.

Para fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar essas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A ideia de povoar surge daí, e só daí. (PRADO JR, 2011, p. 21)

Aqui teriam muitas especificidades sobre o processo de colonização na América. Mas o que importa nessa construção é como ela foi consolidada no Brasil. Em sua obra *Burguesia e capitalismo no Brasil*, Antônio Carlos Mazzeo retrata que o capitalismo chega às Américas e por consequência ao Brasil em 1530 e com os colonizadores chega também ao chamado Novo Mundo, o modo de produção capitalista: “ Dessa forma, o capitalismo chega ao Novo Mundo juntamente com os colonizadores – os conquistadores – que irão explorá-lo com intuítos de fornecer produtos aos mercados e centros produtores europeus mais importantes. ” (MAZZEO, 1995, p.6)

Por meio da divisão de território, o Brasil foi dividido em capitânias hereditárias, que foram criadas para além de proteger contra invasões de outros países (França principalmente), para administrar e explorar os territórios que cabiam a cada donatário, pois apesar do Estado garantir a posse, os recursos vinham de pessoas em particular. Logo, esses donatários foram considerados os primeiros burgueses a explorar as terras brasileiras:

(...) podemos afirmar que os donatários que receberam do rei a concessão (essa, de fato, era a real estrutura das capitânias) de exploração das terras do Brasil constituem-se nos primeiros burgueses a explorar as riquezas brasileiras e a investir capitais numa atividade bastante rentável, que era a cultura da cana.” (MAZZEO, 1995, p.7)

Há um fato específico do Brasil que o diferencia do capitalismo clássico europeu: o trabalho escravo. O modelo clássico do capitalismo é baseado no trabalho livre e assalariado, enquanto no Brasil o escravismo era a principal forma de exploração do trabalho. É importante ressaltar que tal fato não retira o que já foi dito (colonizadores como primeiros capitalistas no Brasil), mas sim traz a reflexão sobre como o capitalismo se apodera de formas já existentes de trabalho e as fazem parecer como algo genuinamente seu, se isso for a seu benefício. Além disso ressalta como o capital comercial se aproveitou do momento da colonização para se expandir cada vez mais na Europa através da exploração das terras e dos povos do considerado Novo Mundo (América).

Desde esse momento é possível perceber a subordinação dos países periféricos em relação aos países centrais. Enquanto na Europa as formas de trabalho assalariado vinham ganhando espaço, nas Américas começavam a se instituir os sistemas de *plantations* e engenhos que tinham como base o trabalho escravo. Além disso, o tráfico negreiro também rendia altos lucros para os senhores de terra, que são os capitalistas.

Em sua obra *Escravidão e Racismo*, Octavio Ianni cita dois pontos destacados por Marx como condições do estabelecimento da escravatura e não do trabalho escravo no Novo Mundo:

Em primeiro lugar, a disponibilidade de terras baratas ou devolutas, o que permitiria que o assalariado, em pouco tempo, pudesse abandonar a plantation, o engenho ou outra unidade, para tornar-se sitiante, ao menos produzindo o essencial à própria subsistência. Em segundo lugar, as metrópoles não dispunham de grandes reservas de mão-de-obra, para encaminhar às colônias e dinamizar a produção de fumo, açúcar, prata, ouro etc. Essas foram as razões principais da criação e generalização do trabalho escravo em várias colônias europeias no Novo Mundo. (IANNI, 1978, p.10)

Um dos fatos que mais chama atenção é a reafirmação de que as colônias eram, na verdade, abastecedoras do capital comercial europeu. Além disso, já era possível perceber desde esse momento a diferença e o antagonismo entre as classes sociais que prevaleciam na época. As colônias tinham em sua divisão socioeconômica duas distintas grandes classes: o senhor e o escravo. O que mais chamava a atenção na relação entre as classes era a alienação do trabalhador escravo não só em relação ao seu trabalho, mas também em suas atividades religiosas, sociais etc. A dominação do senhor sobre a vida do escravo contava com ações repressivas, controladoras e com tortura para que tudo estivesse no controle da classe dominante (senhor).

A alienação do trabalhador (escravo) característica dessas formações sociais implicava que ele era física e moralmente subordinado ao senhor (branco) em sua atividade produtiva, no produto do seu trabalho e em suas atividades religiosas, lúdicas e outras. Nessas condições, as estruturas de dominação eram, ao mesmo tempo e necessariamente, altamente repressivas e universais, estando presente em todas as esferas práticas e ideológicas da vida do escravo (negro, mulato, índio e mestiço). (IANNI, 1978, p.13)

É de suma importância levar em consideração que enquanto no Novo Mundo a economia escravista prevalecia, na Europa o capitalismo ia ganhando força e mudando sua configuração de trabalho. Com os avanços do capitalismo na região europeia, as relações escravistas tornavam-se cada vez mais insustentáveis. O capitalismo industrial começa a ganhar protagonismo mundial e tem a necessidade de espalhar sua forma de produção por todo o mundo e necessita alterar ou até mesmo destruir outras formas de produção que não se adequam a seus moldes.

O capital industrial (destaque para a Inglaterra) passa a comandar as relações socioeconômicas. No caso do Brasil, que é o que mais nos interessa, o capitalismo foi se construindo com bases na formação social escravista, logo com as mudanças que vinham ocorrendo no modo de produção capitalista, foi necessário que aqui se reconhecesse a questão do escravismo, para que assim o trabalho livre assalariado pudesse ser instaurado. Para o capitalismo industrial não era interessante manter a formação social escravocrata, pois esta não acompanhava as mudanças nas relações de produção e se tornavam inúteis.

As possibilidades de desenvolvimento das forças (terras, capital, tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho etc.) que haviam sido abertas pelo capitalismo industrial não podiam ser acompanhadas pelas formações sociais escravistas criadas na época do predomínio do capital mercantil. A dinâmica das relações escravistas de produção, no sul dos Estados Unidos, no Brasil, nas Antilhas e outros países e colônias, entraram em descompasso com relação à dinâmica das forças produtivas e das relações de produção do capitalismo; tanto com o capitalismo predominante e em expansão desde a Inglaterra como com o emergente nas mesmas sociedades escravistas. (IANNI, 1978, p.24)

Além de a formação escravocrata não ser vantajosa para a economia do capitalismo industrial, nesse mesmo momento entravam em crise as relações coloniais tanto externamente quanto internamente. O fato de as relações comerciais passarem a ser subordinadas ao capital industrial e a crise de Portugal também foram grandes influenciadoras para o caminho da independência do Brasil. O império português já não garantia os privilégios e interesses da burguesia brasileira, que queria participar decisoriamente na estrutura do governo português, e pressionava ainda D. João VI regressar ao país na revolução do Porto que tinha como um de seus pilares a re-colonização do Brasil. Devido a tais fatos, o Brasil declara independência em 1822.

Para ilustramos melhor a construção da dependência do Brasil em relação aos países centrais, há após a declaração da independência alguns fatos que precisam ser destacados para entendermos como esse caminho foi sendo desenhado. Como já foi dito, a burguesia brasileira desejava inicialmente mais participação nas decisões do Estado, como tal fato não foi possível, a única saída foi o rompimento com Portugal. A emancipação trouxe reflexões à burguesia quanto ao movimento das massas.

Os processos de independência nas Américas, demonstraram como as massas poderiam fazer um movimento de revolução (principalmente republicanismismo que era uma política típica da burguesia revolucionária) que prejudicariam os direitos da burguesia, logo, essa ideia apavorava a burguesia brasileira. O liberalismo era aceito apenas no âmbito do comércio, mas sua ideologia inicial tinha como princípio homens livres, e para Burguesia escravista do Brasil

isso era visto como ameaça, já que o trabalho em sua maior parte era composto de escravos. Em seu texto *burguesia e capitalismo no Brasil*, Antônio Carlos Mazzeo comenta que a independência foi um “arranjo” da burguesia nacional para conter os avanços do liberalismo, já que assim não foi alterada em nada a estrutura produtiva e as relações sociais de produção.

No período seguinte em que D. Pedro I foi deposto, as repressões aos movimentos populares que começaram a eclodir foram violentas devido ao crescimento do republicanismo. Devido a isso, a burguesia articulou o golpe conhecido como “Golpe da Maioridade” em que D. Pedro II mesmo menor de idade, torna-se imperador. Nesse período surge o bonapartismo brasileiro que tem como inspiração o bonapartismo francês. O bonapartismo no Brasil apesar de ter tido sua inspiração no modelo francês aproximava-se bastante do modelo alemão e ambos tinham como objetivo conter os movimentos revolucionários:

Tanto o bonapartismo alemão quanto o brasileiro tinham como objetivo a contenção dos movimentos populares e, dessa forma, assumiram um caráter contra-revolucionário. Além disso, ambos os movimentos tiveram em sua base a conciliação entre o *Novo* e o *Velho*. (MAZZEO 1995, p.20)

Em relação ao bonapartismo, há algo de muito interessante que ressalta a ideia de dependência do Brasil. Enquanto na Alemanha a burguesia garantiu o pleno desenvolvimento das forças produtivas e um capitalismo não-subordinado, no Brasil a estrutura escravista se manteve e caracterizou uma não-ruptura com o modelo colonial, tomando assim um caminho de subordinação em relação ao capitalismo britânico e mais tarde o capitalismo central estadunidense.

A burguesia brasileira, ao contrário da alemã, *cede seu poder econômico para manter seus privilégios políticos*, tendo sua autonomia limitada pelos interesses do capitalismo britânico. Daí ser o tipo de bonapartismo brasileiro um bonapartismo colonial, reflexo da própria debilidade intrínseca da estrutura de produção latifundiária e monocultora. (MAZZEO, 1995, p.21)

Após a abolição da escravidão em 1888, começa a crescer uma campanha para a transição da monarquia para o regime republicano. Com o fim da Guerra do Paraguai, o desenvolvimento capitalista começou a acelerar. As fazendas cafeeiras paulistas cresciam sua base no trabalho livre e empreendimentos artesanais, fabris e comerciais ganhavam força. Após os anos de 1870 ficava-se cada vez mais claro que a economia escravista não combinava e não favorecia os novos tempos, e ficavam evidentes as posições e antagonismos de opiniões de diversos grupos da sociedade quanto a permanência da escravidão. Por isso, quando a abolição da escravatura é assinada, é aberta também uma nova possibilidade de governo: a República, que foi proclamada apenas um ano depois, em 1889.

Devido às peculiaridades da formação social escravista, em face da capitalista, a incompatibilidade entre elas não provocou senão polêmicas ideológicas, controvérsias jurídico-políticas, confrontos morais; antes do que antagonismos econômicos drásticos. Em poucas palavras, esse o segredo da forma relativamente pacífica pela qual se aboliu a escravatura e, ao mesmo tempo, mudou-se o regime político no Brasil. (IANNI, 1978, p.29)

Como podemos perceber, as mudanças políticas, econômicas e sociais foram ocorrendo conforme as necessidades do modo de produção capitalista. Desde sua colonização, o Brasil já nasceu dependente dos países centrais, lembrando que o capitalismo aqui não ocorreu em sua forma clássica dos países europeus, forma essa que foi abordada no primeiro capítulo dessa monografia. Nas próximas seções abordaremos como se construiu essa dependência que perpetua até os dias atuais, explorando principalmente o fenômeno da superexploração.

3.2 Capitalismo na América Latina e sua relação de dependência com os países centrais

A construção do capitalismo na América Latina foi desde sempre marcada pela dependência e subdesenvolvimento dos países que estão inseridos no continente em relação aos países centrais (primeiramente os países europeus com enfoque na Inglaterra e posteriormente nos Estados Unidos da América). Um dos fatores responsáveis por essa dependência foi a organização econômica desses países.

Enquanto no início do século XIX, o capitalismo industrial começava a se afirmar definitivamente na Europa, principalmente na Inglaterra, na América Latina começava a ter mais participação no mercado mundial produzindo matéria-prima e consumindo parte da produção europeia. Após o ano de 1875, o capitalismo internacional sofre mudanças e novas potências econômicas começam a ganhar espaço, principalmente a Alemanha e os Estados Unidos. A nova potência norte-americana ganha destaque e influencia alguns países a direcionarem suas exportações para o país, como é o caso do Brasil.

O desenvolvimento da indústria pesada nos países centrais forçou o capital a buscar novos campos de aplicação fora das fronteiras nacionais. No primeiro momento essas aplicações foram mediante empréstimos, financiamentos e aplicações em ações, mas com o desenvolvimento da indústria, o capital estrangeiro passa a subtrair uma parcela da extração do mais-valor dentro das outras economias e como consequência disso há um aumento da concentração de capital nas economias centrais e aumento da expansão imperialista. O autor Ruy Mauro Marini destaca em sua obra *Subdesenvolvimento e revolução* que, mesmo os países que estavam integrados de forma dinâmica ao sistema capitalista, viram seus principais produtos de exportação caírem nas mãos do capital estrangeiro.

(...) com maior ou menor grau de dependência, a economia que se cria nos países latino-americanos, ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do seguinte é uma economia exportadora, especializada na produção de alguns poucos bens primários. Uma parte variável da mais-valia que aqui se produz é drenada para as economias centrais, pela estrutura de preços vigente no mercado mundial, pelas práticas financeiras impostas por essas economias, ou pela ação direta dos investidores estrangeiros no campo de produção. (MARINI, [1969] 2012, p.52)

Neste cenário é possível perceber que a dependência dos países periféricos ia se intensificando a cada passo do avanço do capitalismo industrial. As economias exportadoras dos países dependentes demonstravam como a superexploração (que vinha sendo desenvolvida) e a dependência acentuada desses países em relação aos países centrais iam se acentuando e desenhando como seria o desenvolvimento da economia mundial. “A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial.” (MARINI, 2012, p. 52).

Como já foi ressaltado, o imperialismo começa a se consolidar no capitalismo. Um fato que merece ser destacado a respeito do imperialismo é que ele é composto por crises cíclicas necessárias a manutenção do próprio capitalismo. A cada crise que perpassa um determinado momento do capitalismo, suas características ficam mais evidentes e sua consolidação ganha proporções cada vez maiores e solidifica o centro hegemônico de poder. Esses processos de crise dão espaço a tendências contraditórias, como exemplo, o surgimento de forças opostas como o socialismo. As crises cíclicas que compõem o capitalismo estão sempre baseadas nas formas de exploração da força de trabalho e provocam mudanças nas ordens econômicas com o intuito (ou como uma desculpa) de recuperação das economias.

Essas crises estão intrínsecas ao padrão de reprodução do capital e é a partir das mudanças no modo de produção e reprodução do capital que se tem um panorama de como serão as relações de mercado de determinado momento histórico.

Historicizar a reprodução do capital implica compreender as condições que tornam possível o ascenso e o auge de um padrão, assim como seu declínio e crise, ao mesmo tempo que se consideram os momentos de transição, nos quais um antigo padrão não termina de desaparecer ou constituir-se em padrão subordinado e outro novo não termina em de amadurecer ou converter-se em padrão dominante. (OSÓRIO, 2012, p. 41)

Na segunda década do século XX, o imperialismo passou por uma crise que teve como consequência a inviabilização da economia primário-exportadora que predominava na América Latina e exigiu uma mudança nas atividades econômicas da região: a industrialização. Há diversas implicações históricas que essa mudança de atividade econômica traz para a região, mas para nossa pesquisa o que importa ressaltar é como essa transformação afetou diretamente

a vida do trabalhador da região periférica: o processo de industrialização na América latina intensificou a exploração dos trabalhadores. Além dos baixos salários, nos centros urbanos houve um crescimento de populações marginais urbanas, em favelas e periferias, piorando significativamente as condições de vida do proletariado.

O processo de industrialização na América latina, devido às características que assumiu, teve como principal efeito intensificar a exploração das massas trabalhadoras da cidade e do campo. Assim, na medida em que a indústria dependeu sempre do excedente produzido no setor externo da economia e quis absorver partes crescentes deste excedente, as classes beneficiadas pela exportação buscaram compensar suas perdas através do aumento da mais-valia absoluta arrancada das massas camponesas. Isto não foi tão difícil já que, dada a extrema concentração da propriedade da terra, os trabalhadores do campo se viram privados das mínimas oportunidades de emprego e tiveram que ofertar no mercado sua força de trabalho por um preço vil. (MARINI, 2012, p. 67)

No Brasil, a industrialização era vista como a chave do desenvolvimento. Um pensamento desenvolvido nessa fase foi o da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) que era uma organização ligada a Organização das Nações Unidas (ONU) derivada dos governos da América Latina e um órgão encarregado da proposição de políticas e assessoria a governos. A CEPAL buscava superar os obstáculos para o desenvolvimento da industrialização do país, mas sempre sem mudar as estruturas de poder existentes. Ruy Mauro destaca que os pensamentos da organização aprofundavam ainda mais a dependência da região em relação ao centro.

O fato que fica muito evidente até aqui é a relação entre a América Latina e os países centrais. Ao ser inserida no mercado mundial, a economia latino-americana teve papel fundamental para o modo de produção capitalista. A Europa não possuía recursos agrícolas internos suficientes para o crescimento da grande indústria, devido a isso e a grande capacidade de produzir matéria prima, a inserção da América Latina foi essencial para os países centrais e para o crescimento da industrialização. Além disso, Ruy Mauro destaca que graças a participação da América Latina no mercado mundial a produção do mais-valor desloca-se de mais-valor absoluto para mais valor relativo.

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar com essa mudança qualitativa nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base em uma maior exploração do trabalhador. (MARINI, 1973, p. 328)

Voltando a um ponto apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, Jaime Osório explicita em sua obra *Padrão de reprodução do capital* como funciona a produção de mais-valor relativo. Ele explica que a chegada das novas tecnologias (industrialização) foi possível se instaurar novas configurações de trabalho tendo como consequência novas formas de exploração do trabalhador. A extração de mais-valor relativo relaciona-se com essas novas configurações de trabalho,

Com uma jornada de trabalho constante, pode-se modificar a relação entre trabalho necessário e trabalho excedente mediante uma diminuição do valor da força de trabalho e, por conseguinte, do tempo necessário. Assim, sem haver variação da jornada, aumenta o tempo de geração de mais-valia, o que permite incrementar a taxa de mais-valia. Essa é a forma clássica de geração de mais-valia relativa. (OSÓRIO, 2012, p. 56)

E tem como consequência a maior exploração do trabalhador:

Tudo isso supõe a aplicação de avanços técnicos à produção, os quais terminam propiciando uma subsunção real do trabalho ao capital, passando este a poder dispor dos trabalhadores sob as condições que requeira em toda jornada de trabalho. “ A produção de mais-valia relativa [...] supõe [...] um modo de produção especificamente capitalista, que com seus métodos, meios e condições nasce e é formado naturalmente apenas sobre a base da subordinação formal do trabalho ao capital. No lugar da formal, surge a subordinação real do trabalho ao capital”. (OSÓRIO, 2012, p. 57)

Ao realizar a leitura da obra de Osório (2012) percebe-se a importância da introdução da América Latina na economia mundial, já que graças aos recursos encontrados no território, avanços foram feitos no modo de produção e novas formas de exploração foram estabelecidas.

Voltando ao ponto principal que é a dependência da América Latina em relação aos países centrais, vimos acima, que segundo Marini, a produção do mais-valor relativo não dependia muito mais do aumento de produtividade do que diretamente da exploração do trabalho, mas que, no entanto, essa foi a principal contradição encontrada na América Latina, que teve em sua base de produção de mais-valor relativo a exploração do trabalhador.

Caberia acrescentar que, nas atuais condições de mundialização, o prolongamento da jornada de trabalho constitui um mecanismo regular nas regiões dependentes, estreitamente associados à presença de salários muito inferiores ao valor da força de trabalho. Uma forma de alcançar uma elevação do salário para os operários passa por prolongar as horas de trabalho. Isso resulta no fato de que de um trabalhador o capital extrai o trabalho de um trabalhador e meio ou de dois trabalhadores, o que repercute em expansão do desemprego, daí, em pressão por menores salário e maiores jornadas. É assim que se reproduz o círculo virtuoso (para o capital) da superexploração. (OSÓRIO, 2012, p.56)

A próxima seção irá abordar o tema da superexploração. Alguns autores abordam esse tema e o principal deles é o Ruy Mauro Marini.

3.3 Superexploração: essência e consequências

Como foi dito na seção anterior, a relação entre os países centrais e a América Latina é de dependência e desigualdade [que por sinal é combinada]. Apesar disso, vimos também que para a ascensão do modo de produção capitalista como ele é hoje foi imprescindível a entrada do continente no cenário da economia mundial. Ruy Mauro Marini explicita isso em seu texto, *Dialética da dependência*, de modo que ele analisa as relações que permeiam esse cenário e aborda ainda uma nova forma de exploração do trabalhador, que vem a ser a superexploração. Para entender esse conceito, é necessário um resgate histórico das relações capitalistas.

Em primeiro lugar, precisamos debater como a dependência e a superexploração na América Latina são funcionais para o capitalismo industrial. A exploração que ocorre na América Latina dá o sustento necessário, através do mais-valor, para a economia central se tornar cada vez mais forte e dominante. Como já foi dito na seção anterior, o capitalismo latino-americano foi baseado na exportação de produtos primários, e tal fato foi o principal estopim para a relação de dependência em relação ao capitalismo central.

A economia exportadora é, portanto, algo mais que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. (MARINI, 1973, p. 338)

É a partir do processo de industrialização que começa a nascer a superexploração. Ela é produto de um conjunto de fatores: aumento da intensidade da jornada de trabalho, aumento da jornada de trabalho e pagamento da força de trabalho abaixo da sua necessidade de reprodução. Esses três fatores combinados permitem o barateamento da força de trabalho, ou seja, permite que o trabalho seja remunerado abaixo de seu valor, gerando a superexploração do trabalho. Marini explica como esses três fatores influenciam e formam a superexploração:

Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigado um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, esses mecanismos (que ademais podem se apresentar, e normalmente se apresentam, de forma combinada) significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor e correspondem, portanto, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 1973, p. 334)

Outros autores como Jaime Osório e Matias Luce também discutem a categoria da superexploração. Em seu texto *A superexploração da força de trabalho no Brasil*, Luce debate como cada autor aborda a categoria. Ele ressalta que apesar de Marx não ter citado diretamente a categoria da superexploração, o filósofo alemão já registrava que a força de trabalho não era remunerada de acordo com seu valor. Além disso, cita que essa reflexão foi uma das razões que levaram Marini a compor, no âmbito do marxismo, a categoria da superexploração.

A categoria é discutida por diversos autores marxistas, que apesar de suas polêmicas, tem em comum a conclusão de que a forma mais expressiva da superexploração é quando o trabalho é remunerado abaixo de seu valor, o trabalhador não recebe o suficiente para sua reprodução e afeta diretamente todas as áreas da sua vida.

É importante ressaltar a todo momento que essa superexploração e a dependência são funcionais para o capitalismo. A relação econômica entre as nações sempre teve em sua essência a desigualdade na distribuição de renda e expropriação das riquezas. Há alguns fatos que evidenciam o quanto a distribuição econômica é desigual entre a América Latina e os países centrais, além de evidenciar que é através da superexploração que as classes dominantes do continente tentam abater essa diferença.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador. Chegamos assim a um ponto em que já não nos basta continuar trabalhando simplesmente a noção de troca entre nações, mas devemos encarar o fato de que, no marco dessa troca, a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no interior de cada nação. Sob esse ângulo, a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, desde o ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma queda da taxa de mais-valia e por isso da taxa de lucro. Assim, a contrapartida do processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna. (MARINI, 1973, p. 333)

Ao tentar superar essa desigualdade e ter como solução a produção interna, a América Latina torna-se ainda mais refém da superexploração. A partir do momento em que a industrialização chega a um determinado patamar as consequências da dependência do continente ficam ainda mais evidentes, o que nos leva a perceber que tais acontecimentos naquele momento histórico são pertinentes até hoje.

Para ilustrar como a superexploração atinge a vida do trabalhador o autor Matias Luce faz uma análise em seu artigo *Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora*, acerca das formas em que a superexploração aparece para a classe trabalhadora. O autor ressalta que a categoria pode ser entendida também como uma violação do valor da força de trabalho em que o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador. Ele também destaca que pode acontecer de quatro maneiras: a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor, o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador, o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, e, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração.

Na condição de superexploração, o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador. A superexploração se pode dar mediante quatro formas ou modalidades: a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor (conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital); o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração. Na primeira e na última forma, o capital atenta contra o fundo de consumo do trabalhador. Nas duas outras, contra o fundo de vida. (LUCE, 2013, 172)

Cada uma dessas maneiras vai mostrar como o capital através da superexploração vai afetando a saúde física e mental do trabalhador, impedindo até mesmo a reprodução da força de trabalho. O autor Mathias Luce demonstra em seu artigo, a partir de dados coletados, como cada maneira citada acima se torna uma forma de superexploração da classe trabalhadora pelo capital. A primeira maneira citada acima (trabalhador remunerado abaixo do valor) é uma das principais maneiras que impedem a reprodução da força de trabalho e do consumo do trabalhador, Luce, mostra que boa parte da classe trabalhadora não ganha o salário compatível com o salário mínimo necessário para sua reprodução. A segunda maneira citada (prolongamento da jornada de trabalho) afeta tanto o consumo do trabalhador quanto a vida de modo geral. As altas cargas horárias no ambiente de trabalho, a flexibilização das leis quanto aos horários das refeições de entrada e saída e até mesmo a flexibilização das férias (que podem ser vendidas pelo trabalhador) são exemplos de como é feito esse prolongamento da jornada de trabalho, que em nada vai ajudar o trabalhador, já que mesmo com esses esforços eles não conseguem compensar sua perda de poder de consumo e além disso ainda tem dias de descanso e lazer (e até mesmo de vida) absorvidos pelo capital.

A terceira maneira de superexploração do trabalhador (o aumento da intensidade do trabalho) também o leva ao esgotamento físico e mental e pode se dar de diversas formas. O aumento de produtividade é muito confundido com o aumento de intensidade no trabalho, o autor fala brevemente dessa diferença:

Enquanto o aumento da produtividade implica que o trabalho executado pelo trabalhador transforme maior quantidade de meios de produção no mesmo tempo, no aumento da intensidade há extração de mais-trabalho pelo capital mediante elevação do ritmo ou desgaste físico no mesmo tempo. E sempre que tal intensidade for elevada acima das condições normais, se estará superexplorando o trabalhador. (LUCE, 2013, p. 180)

É importante ressaltar que muitas vezes a elevação da intensidade do trabalho está combinado com a elevação da produtividade. O autor utiliza vários exemplos para demonstrar como ocorre a superexploração através da intensificação do trabalho e como esse fato se relaciona com a saúde do trabalhador:

Pensemos no caso da fábrica da General Motors (GM) de São José dos Campos. Em 1997, com o capital produtivo de 12.000 trabalhadores, eram produzidos 37 carros a cada hora. Em 2005, empregando 2.000 trabalhadores a menos, a mesma fábrica ampliava sua produção para 74 veículos por hora trabalhada. Como saber o quanto desse aumento da produção por hora trabalhada se deve a maior produtividade e a maior intensidade? Mesmo sem dispormos dos indicadores para medir a alteração nos meios de produção e na organização técnica desta unidade fabril, o fato de 6.000 operários da GM no Brasil terem passado por afastamento por doenças laborais apenas no ano de 2008 – o que representa 30% da força de trabalho da empresa – já é por si só uma comprovação irrefutável de que a superexploração do trabalho mediante aumento da intensidade cobra grande importância nessa indústria. (LUCE, 2013, p. 181)

A quarta maneira destacada pelo autor (o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração) tem grande peso nas formas de superexploração. Com os avanços tecnológicos o trabalhador é “obrigado” a se enquadrar nos padrões atuais e se veem cada vez mais endividados por acompanhar o padrão do capital. Bens de consumo que anteriormente eram considerados artigos de luxo passam a ser bens necessários para a reprodução do trabalhador. Enquanto os bens de consumo aumentam seu valor, o valor da força de trabalho não aumenta na mesma proporção.

Mas e se a única forma de o trabalhador acessar tais bens de consumo que se tornaram bens necessários for endividar-se ou submeter-se a uma carga extra de trabalho? Estaremos diante de uma alteração do elemento histórico-moral sem ser acompanhada pela remuneração. Ou seja, aumento do valor da força de trabalho sem aumentar o seu pagamento. Ao ter de elevar o desgaste de sua força de trabalho (cumprir mais horas-extras, vender 1/3 das férias etc.) e ao ter de endividar-se para acessar tais valores de uso, os indivíduos da família trabalhadora estarão ou se submetendo a uma violação de seu fundo de vida para compensar parcialmente a insuficiência de seu fundo de consumo ou comprometendo o seu próprio fundo de consumo futuro, mediante endividamento, na tentativa de compensar a sua violação no presente. (LUCE, 2013, p. 184)

Após análise do texto de Luce é possível perceber que a superexploração pode efetivamente ocorrer de diversas formas até mesmo de formas que sem uma análise crítica são quase que invisíveis aos olhos dos trabalhadores. Acontecem com os trabalhadores de grandes e pequenas remunerações e em qualquer área trabalhista. Ações como a flexibilização do trabalho, a ideia de poder de consumo quando na verdade o que se tem são enormes dívidas e as enormes cobranças no ambiente do trabalho fazem a saúde do trabalhador ficar cada vez mais exposta e fragilizada.

A superexploração pode ocorrer seja em atividades como a dos cortadores manuais de cana, como na indústria automobilística, não sendo sinônimo da persistência de formas antediluvianas do capital. A superexploração pode ocorrer inclusive no caso de trabalhadores que recebam remuneração acima do salário mínimo necessário, mediante a prolongação da jornada e da intensidade além do limite normal. (LUCE, 2013, p. 186)

A partir dessas evidências podemos perceber como a vida do trabalhador é sempre a afetada economicamente, socialmente e principalmente sua saúde. A precarização do trabalho e das relações trabalhistas fazem parte juntamente com a superexploração dos principais fatores responsáveis pelas consequências do neoliberalismo na saúde do trabalhador.

Essas maneiras de superexploração são utilizadas pelo capital desde o tempo do taylorismo, sendo utilizadas pelo fordismo e em seguida pelo toyotismo. É também importante ressaltar a coisificação das relações sociais na era do capitalismo que é fundamental para o entendimento do comportamento dos trabalhadores desde a implementação desse modo de produção. A próxima seção abordará tais questões.

3.4 A construção da configuração de trabalho atual

Para entender a configuração de trabalho atual e de que maneira ela tem influência nas relações de trabalho, é necessário resgatar historicamente como chegamos a tal configuração. Quando se fala em organização de trabalho na era capitalista não se pode deixar de citar o considerado “o mestre da engenharia científica do capital”, Frederick W. Taylor. Taylor defendia a rigidez no controle dos trabalhadores que eram vigiados por engenheiros, administradores e gestores que elaboravam e concebiam a produção que seria executada pelos demais trabalhadores, neste caso, os operários.

Assim como Taylor, Henry Ford, tinha o mesmo pensamento a respeito da produção, e por isso aplicou a engenharia de Taylor em sua produção, que é seriada e fragmentada. Ricardo Antunes em sua obra *o privilégio da servidão* cita essa relação de Taylor e Ford como um

casamento que deu certo para a produção capitalista. O modo de trabalho de Taylor e Ford reforçava a coisificação das relações e o estranhamento do trabalho.

Tratou-se, então, de um casamento que deu certo: Taylor e Ford, o engenheiro científico e o fabricante de automóveis. Eles foram responsáveis pela ampliação e generalização das formas de estranhamento e reificação que marcaram fundo o exercício da subjetividade do trabalho no espaço produtivo, inicialmente fabril e depois para a totalidade dos espaços geradores de valor. Entretanto, uma análise mais cuidadosa acerca do trabalho taylorista fordista pode apresentar certas nuances: se ele era predominantemente maquinal, parcelar, especializado, fragmentado e prescrito, contraditoriamente assumia uma versão mais contratualista, relativamente regularizada e provida de direitos, resultado de lutas históricas da classe trabalhadora ao longo de vários séculos. Era, portanto, uma variante de trabalho fetichizado, mas regulamentado. Ou seja: no que concerne à sua materialidade, à forma de (des)efetivação do trabalho, sua conformação fragmentada, sua separação em relação ao produto do seu próprio trabalho, bem como as diversas manifestações de estranhamento, que indicamos na primeira parte deste texto, acabavam por acarretar uma forte repercussão em sua subjetividade, que se configurava como crescentemente coisificada e reificada. (ANTUNES, 2018, p. 115)

Esse resgate histórico sobre a produção é de suma importância para explicar como a relação entre capital x trabalho foi sendo construída e o impacto que isso teve na saúde do trabalhador. Como já foi dito, o modo taylorista- fordista reforçava a coisificação das relações e como todo processo no capitalista, este modo precisava ser aperfeiçoado e modificado para favorecer ainda mais o capital. Após um período de crise nos anos de 1970 (o que é característico do modo de produção capitalista), uma nova era de trabalho ia surgindo: a da flexibilidade liofilizada, que ao mesmo tempo que é semelhante ao modelo taylorista/fordista, possui algumas importantes diferenças.

Em seus traços mais gerais, é possível dizer que a empresa da era da flexibilidade liofilizada articula um conjunto de elementos de continuidade e de descontinuidade em relação ao empreendimento taylorista e/ou fordista. Ela se estrutura com base em uma organização do trabalho que resulta da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional; desenvolve uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à deslocalização produtiva, à terceirização (dentro e fora das empresas); utiliza-se do trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”; além de incentivar, de todos os modos, o “envolvimento participativo”, que preserva, em seus traços essenciais, os condicionantes anteriormente apresentados. (ANTUNES, 2018, p. 117)

É importante entender os rebatimentos que esse modelo de trabalho representa. Ocorreram mudanças em diversos segmentos relacionados a relação capital X trabalho: As empresas passam a chamar seus funcionários por termos como “colaboradores”, “parceiros” para dar a impressão de empresa moderna e que por consequência acaba enfraquecendo movimentos de resistência pela ideia que cria ao trabalhador de pertencimento a um local de trabalho fazendo o mesmo esquecer que é apenas uma força de trabalho para o crescimento do capital. Além disso, o maior volume de trabalho morto do que vivo é uma importante

característica desse modelo. As consequências desse modelo podem ser vistas até os dias atuais, como pontua o autor Ricardo Antunes:

Essas metamorfoses no processo de produção tiveram – e ainda têm – consequências significativas no universo do trabalho: desregulamentação dos direitos sociais; precarização e terceirização da força humana que trabalha; aumento da fragmentação e heterogeneização no interior da classe trabalhadora; enfraquecimento do sindicalismo de classe e incentivo à sua conversão em um sindicalismo mais negocial e de parceria, mais de cúpula e menos de base, mais parceiro e colaborador e menos confrontacionista. A racionalização do processo produtivo, o forte disciplinamento da força de trabalho, a implantação de novos mecanismos de capital e de trabalho intensivo e o envolvimento mais ativo do intelecto no trabalho tornaram-se práticas recorrentes no processo de liofilização organizacional, no qual as substâncias vivas são eliminadas e o trabalho vivo é substituído pelo trabalho morto, pela maquinaria tecnológico-informacional-digital que hoje tipifica o processo de “enxugamento” das empresas. (ANTUNES, 2018, p. 118)

Essas mudanças no mundo do trabalho capitalista trazem graves consequências para a saúde do trabalhador e é esse ponto que será abordado no próximo capítulo.

4. Neoliberalismo e mudanças no mundo do trabalho

Ao longo desta monografia vem sendo abordado as mudanças no mundo do trabalho e como elas refletem na vida do trabalhador. Com o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil novos padrões organizacionais foram estabelecidos e novas mudanças começaram a ocorrer dentro do modo de trabalho capitalista brasileiro.

Para entender esse processo precisamos fazer um pequeno resgate histórico do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e na América Latina no geral. Ricardo Antunes em sua obra *O Continente do Labor* cita que com a expansão do taylorismo e do fordismo e como essas formas de organização do trabalho chegam a América Latina e ao Brasil. Ainda que de forma gradual e lenta, foi a partir desse modo de produção que o que chamamos de “grande capital” pode se desenvolver em nosso território. Uma ressalva importante a se fazer é que esse molde do modo de produção chega ao Brasil tardiamente, gerando uma subordinação e uma dependência em relação aos países centrais.

Na América Latina, esse caminho sempre se realizou de modo tardio (ou mesmo hipertardio) quando comparado aos processos vivenciados pelos países de capitalismo hegemônico. E o fez sustentado em um enorme processo de *superexploração do trabalho*, que combinava, de modo intensificado, a extração absoluta e relativa do trabalho excedente, oferecendo altos níveis de *mais-valia* para o capital. (ANTUNES, 2011, p. 22)

Alguns fatores políticos também tiveram grande influência sobre o desenvolvimento econômico nos países latino-americanos. Aqui podemos citar o peronismo da Argentina e o Getulismo no Brasil. Essas questões sociopolíticas geravam contradições dentro dos territórios gerando alguns antagonismos entre os diversos setores econômicos da sociedade. No Brasil, a era Vargas teve importante papel no processo de industrialização do país, já que ergueu pilares para a construção de uma legislação trabalhista e assim viabilizou o progresso da industrialização no país. Um ponto que devemos ter em mente é que essa concessão de direitos aos trabalhadores também permitia ao governo um maior controle sobre as organizações dos trabalhadores e ao sindicalismo. Antunes (2011) pondera que tanto o peronismo argentino quanto o getulismo brasileiro tinham como objetivo atrair a classe trabalhadora através dessas concessões para viabilizarem seus projetos industriais nacionalistas.

Após a era Vargas, o Brasil passou por alguns governos até que o golpe militar foi decretado em 1964. A ditadura em nosso país também é um importante capítulo no processo de industrialização. Durante esse período o Brasil reforçou sua tendência de construir os pilares da indústria com base na superexploração, de baixos salários intensificando a característica de país subordinado. Antunes (2011), ressalta que a ditadura militar do Brasil teve um caráter industrial

e que isso ampliou o quantitativo a classe trabalhadora tendo como consequência o ressurgimento do que foi chamado de *novo sindicalismo*, além disso, nesse período, que diga-se de passagem antecedeu a grande explosão do neoliberalismo na América Latina, houve um crescente aumento no número de greves de vários segmentos da classe trabalhadora.

A partir da década de 1980 o neoliberalismo ganha força e a América Latina passa a ter a necessidade de se adequar à nova divisão internacional do trabalho imposta pelo capital financeiro que começava a ampliar sua hegemonia. É a partir desse momento que começa a se desenvolver no continente a reestruturação produtiva que provoca enormes consequências para os países que o compõe.

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização, e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário, parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (ANTUNES, 2011, p.39)

Dentre as inúmeras modificações que foram trazidas pela reestruturação produtiva, a flexibilização do trabalho passou a permear todas as relações de trabalho. Além disso, novos instrumentos de exploração do trabalhador passam a ser utilizados e a combinação de elementos herdados do fordismo juntamente com o novo modelo de trabalho alteram o modo de trabalho do país.

Como resultado dessas mutações, ocorreu uma simbiose entre elementos herdeiros do fordismo (que ainda encontram vigência em vários ramos e setores produtivos) e novos instrumentos próprios das formas de acumulação flexível (*lean production*). A combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e prática da intensificação da exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil. A implantação de programas de qualidade total, dos sistemas *just-in-time* e *kanban*, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o Programa de Participação nos Lucros e Resultados, PLR), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais, possibilitou a expansão intensificada da reestruturação produtiva no Brasil, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a precarização da classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018, P.135)

É importante ressaltar que as mudanças ocorridas no contexto econômico brasileiro influenciaram diretamente as questões trabalhistas. O trabalhador viu o mundo informatizado chegar e juntamente com ele o aumento da informalidade nas contratações. O enxugamento de direitos, o aumento da terceirização¹ e a desvalorização da força de trabalho são marcas da expansão e expansão neoliberal no país.

¹ Com a lei da terceirização sancionada em 2017, a responsabilidade das contratações dentro de empresas passa a ser delegadas a uma outra empresa, a empresa terceirizada, facilitando a negociação de salário e de direitos em

Outra marca importante da expansão neoliberal é a intensificação do trabalho. O autor cita 3 ramos que são influenciados por esta nova forma de organização do trabalho: a indústria metalúrgica, a agroindústria e o setor de serviço de telemarketing e call center. Neste ponto, o mais importante não é entender como cada uma dessas formas funciona e sim como elas apesar de serem tarefas distintas culminam no mesmo fim: a superexploração e o esgotamento da força de trabalho, principalmente através da intensificação da jornada de trabalho.

A principal característica comum entre as três é em relação a produtividade. O padrão de alta produtividade é exigido pelo capital a seus trabalhadores e é um fator determinante para seus ganhos com implicações objetivas e subjetivas na saúde do trabalhador. A seguir, destacam-se três passagens que ilustram como a produtividade é cobrada em cada atividade pela exploração do trabalho e pela fixação do regime de metas de produção que esgotam ao máximo a capacidade produtiva do trabalhador:

Na indústria metalúrgica:

A intensificação e a racionalização acabam por se converter em engrenagens do aumento da exploração do trabalho, que se apropria do valor criado pelo trabalhador e o descarta quando sua produtividade já não acompanha o ritmo da produção” (ANTUNES, 2018, p. 143).

Na agroindústria:

A burla e a superexploração se tornam o cotidiano dos canais da agroindústria do etanol. A consequência acaba sendo devastadora para os trabalhadores vinculados ao corte da cana, pois eles se tornam corresponsáveis pelo volume da produção, respondem pela intensidade que vão imprimir na sua atividade, por quantas pausas querem fazer, por quanto vão receber de salário, até quando seu corpo produtivo puder suportar. Além de aumentarem significativamente o lucro e o maisvalor, constata-se o aumento das doenças decorrentes do excesso de trabalho, das inúmeras mutilações em seu corpo produtivo, dos acidentes e das mortes no trabalho, o que certa vez denominei, de forma provocativa, *karoshi tropical*. (ANTUNES, 2018, p. 145).

No call center:

Podemos afirmar, então, que o trabalho de telemarketing e call-center é pautado pela exploração intensificada, visando atingir as metas de produtividade, dentro dos tempos e padrões impostos pela empresa. Para além de seus objetivos aparentes, quais sejam, “garantir a qualidade dos atendimentos” e a “satisfação do cliente”, as operadoras de telemarketing vivem um significativo processo de exploração da força de trabalho, visível quando se investigam suas condições de saúde, tempo, “qualidade”, “motivação”, alienação, heteronomia do processo de trabalho, dentre

relação a empresa que está contratando seus serviços. Um exemplo disso é a contratação de profissionais para a manutenção da empresa. Hoje em dia boa parte das empresas contratam serviços terceirizados para cuidar dessa área da empresa, assim, o empregado presta seu serviço, mas qualquer problema em relação ao empregado é de responsabilidade da empresa contratada e não da contratante se tornando um “problema” a menos. O empregado terceirizado apesar de integrado a empresa não tem os mesmos benefícios e salários dos demais empregados que são diretamente contratados pela empresa principal e ainda que digam que não há diferenciação, é nítido que há diferenças tanto no tratamento quanto no convívio dos empregados, desvalorizando a mão de obra e gerando um ambiente hostil para ambas as partes.

tantos elementos que os depoimentos acima nos indicaram. (ANTUNES, 2018, p. 151).

A partir das passagens apresentadas fica ainda mais visível o impacto que o neoliberalismo e suas formas de explorar o trabalhador causam indiretamente e diretamente na sua saúde do mesmo e daí a relevância dessas passagens para o nosso texto. Elas mostram que o trabalhador vive no limite de sua capacidade física e mental para atender as demandas do capital. Se levarmos em conta o ambiente do call center por exemplo ou qualquer outro regime de trabalho de 6 horas diárias percebemos que apesar da redução da carga horária a intensidade de trabalho é muito maior, até mesmo o tempo de ida ao banheiro é controlado e o tempo para a alimentação reduzido a 15 minutos o que leva o trabalhador a ter hábitos não saudáveis e ainda mais prejudiciais a sua saúde.

Para além das mudanças ocorridas em campos importantes da economia capitalista, surge também uma outra forma aumentar a acumulação capitalista no meio empresarial: a terceirização. A terceirização, aprovada por lei, resulta como mais uma forma de redução de salários e direitos do trabalhador, principalmente em um contexto político como o do Brasil, um país subordinado ao capital central e que quando há a necessidade de uma reestruturação econômica faz os primeiros cortes de custos em áreas que atingem diretamente o trabalhador: saúde, educação e o próprio regime de trabalho (intensificação da carga horária e redução de direitos). Aparentemente, a terceirização é defendida como perspectiva de aumentar as oportunidades de emprego e na verdade tem causado o efeito contrário: desemprego e desvalorização da mão de obra, onde o trabalhador precisa se esforçar duas vezes mais para se manter empregado, onde tem seus direitos fragilizados e é visto como profissional de segunda categoria, além de ter seu salário reduzido.

Assim, além da redução salarial, redução de custos, burla de direitos, enfraquecimento da organização sindical e ruptura de seus laços de solidariedade, o projeto da terceirização total objetiva uma regressão, sem precedentes na história moderna do trabalho no Brasil, imposta pelo mundo financeirizado (entenda-se, não só dos bancos, mas abarcando também o grande empresariado industrial, o agroindustrial e o de serviços, que dependem e são comandados, no plano mais geral, pelo capital financeiro). Esses setores exigem a terceirização total. (ANTUNES, 2018, p. 193).

No Brasil, após a década de 70 até os dias atuais, a informalidade nas relações de trabalho vem ganhando força e deixando de ser a “exceção” para ser a regra no momento das negociações do contrato de trabalho entre patrão e trabalhador.

Além disso, o capital passa a utilizar a classificação de trabalhadores como uma forma de enfraquecer a luta coletiva e como consequência a fragmentação dessa luta.

No que concerne em particular às condições de saúde, os estudos revelam um quadro alarmante, em particular na energia elétrica, na extração e no refino de petróleo e na siderurgia, mas esse quadro se estende também para os professores, trabalhadores de call-center e telemarketing. Proliferam as LERs, o assédio moral (essa nova forma de controle e dominação dissimulada), o adoecimento e os padecimentos de todo tipo no corpo produtivo, físico, psíquico, mental. As mortes e os suicídios no trabalho se intensificam sob o silêncio midiático e a surdez institucional. Se tudo isso já não bastasse, a terceirização fragmenta ainda mais as possibilidades de ação e de consciência coletivas, incentiva a nefasta individualização das relações de trabalho, faz crescer a concorrência derivada do sistema de metas e competências, criando o cenário ideal para as empresas dificultarem ao máximo a atividade sindical em defesa dos direitos sociais do trabalho. Vale lembrar que a terceirização impõe também uma pulverização dos sindicatos, ocorrendo muitas vezes de, em uma mesma empresa, os diferentes setores terceirizados se vincularem a sindicatos diferenciados, quando não são proibidos de fato de se filiar e exercer atividades sindicais. (ANTUNES, 2018, p. 197)

É importante perceber o quanto as mudanças no mundo do trabalho com a intensificação neoliberal impactaram as configurações de hierarquia, o ambiente de trabalho e as relações sociais dentro do universo laboral.

Antunes ressalta como essa transformação afetou o Brasil no âmbito econômico e social, ao afirmar que:

Portanto, esse é o contexto no qual, com a vitória do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990, se desenvolve o processo de reestruturação produtiva. Um processo desencadeado em meio a condições de exploração particulares e articuladoras de elementos herdeiros do fordismo (ainda vigentes em vários ramos e setores produtivos) com os novos mecanismos, próprios das formas de acumulação flexível. A implantação de programas de qualidade total, dos sistemas just-in-time e kanban, além da introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade (de que é exemplo o programa de PLR), sob uma pragmática que se adequava fortemente aos desígnios neoliberais, possibilitou a expansão intensificada da reestruturação produtiva, tendo como consequências a flexibilização, a informalidade e a profunda precarização das condições de trabalho e vida da classe trabalhadora brasileira. (ANTUNES, 2018, p. 156)

Portanto o que se vê a partir desse momento são as consequências desse modo de produção. A mudança na forma de gestão traz novas formas de competição, e que os trabalhadores são colocados contra outros trabalhadores não permitindo que haja uma consciência de coletividade entre eles o levando ao sofrimento e exaustão, tornando o ambiente de trabalho, um espaço de adoecimento, de tensão e de pressão.

É necessário salientar que o processo de adoecimento sempre existiu nos espaços laborais, não é algo exclusivamente do neoliberalismo. Mas ainda assim, essa forma de gestão no trabalho flexível acentua as condições para esse processo. Além disso, os acirramentos entre os trabalhadores perante suas tarefas em seu trabalho por estarem em busca de promoções e cargos de destaques dentro das empresas, já não observam seus companheiros de trabalho ou

se importam com a vida dele. A competição imposta pela acumulação flexível coloca os trabalhadores como adversários enfraquecendo algo primordial na vida do ser humano que são suas relações interpessoais. Logo, o trabalhador passa a maior parte do seu tempo no ambiente de trabalho, trabalhando no limite de suas condições físicas e mentais sem apoio entre os companheiros de trabalho o levando a solidão naquele ambiente.

Dentre as consequências dessa individualidade está o aumento do índice de suicídios nos ambientes laborais demonstrando o quanto o controle extremo desse modo de produção abala veemente a saúde deste.

O suicídio é a expressão radicalizada da deterioração das condições de trabalho sob a vigência da gestão flexível. Ele e todo o sofrimento que o cerca encontram espaço para se desenvolver na medida em que a classe trabalhadora se vê diante de uma organização do trabalho voltada para o controle acentuado de sua atividade, sob condições em que as margens para a autonomia e o imprevisto, mesmo que já bastante limitadas na fase anterior do capitalismo, tenham sido gradativamente eliminadas. Uma organização do trabalho que oscila o tempo todo entre o discurso de valorização e o controle físico e mental extremados. (ANTUNES, 2018, p. 162)

Outro ponto que devemos levar em conta é como a forma de gestão do capital utiliza recursos como metas e recompensas, assediando seus trabalhadores para se manter e elevar o padrão de produção. Com a necessidade de aumentar a produção para aumentar o nível de competitividade, as empresas se utilizam de artifícios como premiações e participação nos lucros para fazer com que os seus funcionários produzam cada vez mais e cumpram as metas da empresa dando a elas alto poder de competitividade externa. Antunes cita que essa gestão por metas se dá de diversas formas:

(...) o gerenciamento por metas opera em diferentes sentidos: a) no desenvolvimento de mais um mecanismo disciplinador do trabalho, como na instituição de uma espécie de engajamento “voluntário” dos trabalhadores e trabalhadoras visando o aumento da produtividade; b) no incentivo ao controle de faltas exercido, não raro, entre os próprios membros dos times de produção/equipes de trabalho; c) na diminuição do tempo de repouso; d) na promoção da competição entre os trabalhadores e suas equipes, visando o recebimento dos valores estipulados nos acordos firmados para essa finalidade; e) no aprofundamento das experiências de acordos coletivos firmados por empresas. . (ANTUNES, 2018, p. 162)

Já a estratégia do assédio é utilizada há muito tempo, desde antes do modo de produção capitalista ganhar as características que tem hoje. Mas apesar de ser algo já utilizado, é no período da acumulação flexível, que esse artifício ganha uma faceta ainda mais perversa, se tornando uma importante ferramenta de controle e persuasão.

“Todos estão expostos”, assinala Barreto. Apesar de na maioria das vezes ser direcionado a um trabalhador específico, o assédio repercute sobre o coletivo. Em se tratando de uma ferramenta de gestão, sua prática, apesar de personificada na figura de um chefe, supervisor ou outro agente cuja relação de poder possa desencadeá-la, encontra-se em consonância com o conjunto de diretrizes que ordenam o trabalho coletivo na empresa. As práticas dessa natureza são ferramentas de gestão voltadas para garantir, por meio da pressão institucionalizada, tanto o aumento constante da produtividade como o isolamento e a exclusão daqueles que se constituem como “barreiras” para sua plena realização. (ANTUNES, 2018, p. 166)

Após a apresentação das características das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho no neoliberalismo podemos inferir que o trabalhador é o que sofre os principais efeitos de todas essas transformações. Os artifícios utilizados pela gestão flexível para controlar os trabalhadores acabam por trazer consequências para sua saúde física, emocional e mental. O medo de ser demitido, de não cumprir metas e de não ser suficiente os assombram, causam solidão, irritabilidade e a sensação de cobrança a todo tempo. A próxima seção irá abordar esses efeitos e como eles crescem a cada “evolução” da acumulação flexível.

4.1 Saúde do Trabalhador no âmbito da resistência e da subordinação perante o capital

Até aqui o texto aborda as transformações ocorridas desde a introdução do modo de produção capitalista até os dias atuais dessa configuração social e econômica e como essas transformações impactam a vida do trabalhador. Nesta parte iremos abordar como a saúde do trabalhador é afetada, com destaque para sua saúde mental.

Primeiramente, é preciso entender como que o termo “saúde do trabalhador” surge e como a análise desse tema passa a ser uma forma de resistência do sujeito. A tese de doutorado da docente Alzira Guarani (2014) cujo tema é *TRABALHO DOCENTE, CARREIRA DOENTE: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Estudo de caso*, faz esse recorte e nos ajuda a compreender como que a problematização da saúde do trabalhador foi uma conquista da luta coletiva dos mesmos.

Alzira (2014) aborda que segundo alguns autores a temática da saúde/doença do trabalho já era abordada anteriormente, mas é no período pós-revolução industrial e no advento do capitalismo que realmente se vê necessária uma intervenção na área da saúde do trabalhador devido a necessidade de reprodução da força de trabalho. Em um primeiro momento a primeira intervenção veio com implantação de serviços médicos aos trabalhadores. Em 1919 após alguns países se alinharem com intuito de buscar melhorias nas condições de trabalho a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada, sendo um importante passo na luta por conscientização e proteção da saúde do trabalhador.

Alzira analisa como a questão do cuidado com a saúde do trabalhador foi evoluindo e como a luta dos trabalhadores foi importante nesse processo. Primeiramente houve a evolução da medicina do trabalho para a saúde ocupacional:

Assistimos a uma evolução do conceito de saúde do trabalhador, migrando da medicina social para a área de higiene, com desdobramentos para uma medicina legal e de saúde pública, voltada para a prevenção e pesquisa das causas dos problemas através da identificação de agentes etiológicos relacionados aos acidentes de trabalho. Esta área, já incorporando outros saberes que se mostraram necessários nesta abordagem, passa a considerar as patologias encontradas não mais como doenças do trabalhador, mas com doenças do trabalho. Vemos surgir então a Saúde Ocupacional, sobretudo dentro das grandes empresas, com o traço da multi e interdisciplinaridade, organizando equipes progressivamente multi-profissionais, onde o conhecimento de outros campos, como Psicologia, Serviço Social e Administração, torna-se importante. (GUARANY, 2014, p. 70)

Após a transição de medicina do trabalho para saúde ocupacional, veio a transição da saúde ocupacional para ao que chamamos hoje de saúde do trabalhador:

O intenso processo social de mudança ocorrido no mundo ocidental nos últimos anos levou à evolução da abordagem da saúde ocupacional para a saúde do trabalhador. Como característica básica desta nova visão destaca-se a de ser um campo em construção no espaço da saúde pública e não algo acabado e dado, já que seu objeto, o mundo do trabalho, está em constante mudança. Ele pode ser definido como o processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho. Nessa trajetória a saúde do trabalhador rompe com a concepção positivista e mecanicista, hegemônica até então e tenta alargar o enfoque que situa sua determinação no social, focado no processo produtivo, passando a considerar também a subjetividade, agora não mais como fator secundário, mas muitas vezes sendo protagonista no start do processo de adoecimento. Nessa perspectiva, a saúde do trabalhador passa a considerar o trabalhador enquanto sujeito e ainda resgata a centralidade do trabalho na sociedade moderna, constituindo se enquanto espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas igualmente espaço de resistência, de constituição, e do fazer histórico, onde o homem/trabalhador torna-se atuante e não somente “respondente” e apático diante da situação. (GUARANY, 2014, p. 71)

É a partir dessa definição que podemos relacionar trabalho e a saúde do trabalhador e assim entender de que forma o capital consegue dominar os trabalhadores afetando sua saúde e de que forma eles resistem, mesmo que minimamente, a essa pressão.

Christophe Dejours (2003) em sua obra, *A loucura do trabalho*, debate a questão da psicodinâmica do trabalho em relação a saúde física e mental do trabalhador. Antes de mais nada, precisamos ter em mente que quando se fala em saúde, não se fala apenas em saúde física, mas também em saúde mental. A saúde do trabalhador sofre com os impactos da atual configuração de trabalho e com os pilares em que ela foi construída não apenas no aspecto físico, mas também no psíquico dos sujeitos.

Primeiramente devemos considerar o que a doença representa para o trabalhador em relação ao seu trabalho. O capital sempre deixou claro que o trabalhador doente não tem

serventia, é improdutivo, logo o trabalhador adoecido é disfuncional para a empresa/fábrica. Além disso, os custos para se tratar da saúde são elevados e as doenças necessitam de tempo hábil do trabalhador para sua plena recuperação, isso, na maioria das vezes, significa o afastamento do trabalhador de seu posto de trabalho tornando-o ainda mais desinteressante como mão de obra para o capital.

Dejours (2003) chama a atenção para o que ele categoriza como “estratégias defensivas” que são estratégias utilizadas pelos trabalhadores em seus ambientes laborais para suportar a pressão e manipulação do capital. Elas se tornam uma forma do trabalhador lidar com o sofrimento no ambiente de trabalho.

Em primeiro lugar, a ideologia defensiva funcional tem por objetivo mascarar, conter e ocultar uma ansiedade particularmente grave. Em segundo lugar, é a nível da ideologia defensiva, enquanto mecanismo de defesa elaborado por um grupo social particular, que devemos procurar uma especificidade. Encontraremos, a respeito dos trabalhadores da construção civil, tais ideologias defensivas. Neste caso, os caracteres específicos deverão ser relacionados à natureza da organização do trabalho. No caso do subproletariado, não se pode falar em organização do trabalho enquanto tal. Seria mais uma questão de subemprego e de desemprego. A especificidade da ideologia defensiva da vergonha resulta, por um lado, da natureza da ansiedade a conter e, por outro lado, da população que participa na sua elaboração. Em terceiro lugar, o que caracteriza uma ideologia defensiva é o fato de ela ser dirigida não contra uma angústia proveniente de conflitos intra-psíquicos de natureza mental, e sim ser destinada a lutar contra um perigo e um risco reais. Em quarto lugar, a ideologia defensiva, para ser operatória, deve obter a participação de todos os interessados. Aquele que não contribui ou que não partilha do conteúdo da ideologia é, cedo ou tarde, excluído. (DEJOURS, 2003, p. 35)

De modo geral Dejours (2003) tenta demonstrar com essa passagem como a ideologia defensiva funciona. A ideologia defensiva ajuda o trabalhador a conter o medo do desemprego através de medidas coletivas com o intuito de garantir a saúde e a manutenção do emprego, mas para que isso aconteça é necessário que haja um compromisso compartilhado e coletivo por parte dos trabalhadores.

Para ilustrar como a ideologia defensiva é posta em prática pelo trabalhador temos o seguinte exemplo: Os trabalhadores criam entre si regras de conduta que buscam mitigar a exaustão do trabalho. Eles estabelecem, politicamente, um ritmo de trabalho a ser seguido inferior ao exigido pela organização do trabalho, em que afirmam que estão no limite máximo de produção tendo como objetivo que ninguém ultrapasse o limite físico e emocional de cada um.

A ideologia defensiva partilhada pelos trabalhadores passa a ser uma importante alternativa de resistência à pressão/opressão de trabalho oferecendo estratégia de proteção ao trabalhador também em seu âmbito psíquico, principalmente devido a possibilidade de mitigar

o sofrimento e as sensações relacionadas ao medo que o mesmo está submetido. Dejours (2003) também fala dessa relação de medo e ambiente de trabalho (ambiente esse que é na maioria das vezes hostil, fragmentado, com altas metas para alcançar e com alta competitividade entre os sujeitos), que nesse momento do texto passa a ser fundamental para o entendimento de como a esfera mental, emocional e física do trabalhador é mobilizada a organização do trabalho no modo capitalista. Deste modo, o autor relaciona como a ideologia defensiva está diretamente ligada ao medo e a ansiedade do trabalhador, ou seja, diretamente liga ao âmbito mental do sujeito.

Como já foi dito neste presente texto, hoje, de acordo com estudo da OIT- Organização Internacional do Trabalho divulgado pelo Ministério da Fazenda (2017) sobre estresse relacionado ao trabalho, o transtorno mental é a terceira causa de afastamento dos postos de trabalho no Brasil. Dejours chama atenção para uma das principais vertentes desse problema: a ansiedade. A ansiedade pode ser gerada de diversas formas no trabalhador, mas na maioria das vezes ela é proveniente da cobrança por alta produtividade, das relações instáveis de trabalho e da questão do não pertencimento a determinado ambiente.

Com a configuração atual do trabalho flexível o proletário se vê em meio a intensificação de competições entre ele e o outro proletário, além de uma enorme pressão para atingir metas de produção da empresa. Para o capitalismo ambos os casos são vantajosos para seu enriquecimento e estabelecimento enquanto modo de produção já que os trabalhadores passam a ver uns aos outros como adversários, mascarando a disputa entre capital e trabalhador, dificultando a luta e a sua organização coletiva.

A falta de pertencimento a determinado espaço laboral tanto pela fragmentação do trabalho quanto pela fragilidade dos vínculos sociais, a necessidade de atingir as metas para se manter no emprego e sobreviver e as más condições de trabalho são componentes importantes causadores da ansiedade. O autor cita como e a razão pela qual essa ansiedade é gerada através desses componentes.

Primeiramente a ansiedade relativa à degradação do funcionamento mental e do equilíbrio psicoafetivo:

A primeira resulta da desestruturação das relações psico-afetivas espontâneas com os colegas de trabalho, de seu envenenamento pela discriminação e suspeita, ou de sua implicação forçada nas relações de violência e de agressividade com a hierarquia. (DEJOURS, 2003, p. 77).

Em seguida a ansiedade relativa à degradação do organismo:

A segunda forma de ansiedade resulta do risco que paira sobre a saúde física. As más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de duas maneiras: risco de acidente de caráter súbito e de grave amplitude (queimaduras, ferimentos, fraturas, morte), doenças profissionais ou de caráter profissional, aumento do índice de morbidade, diminuição do período de vida, doenças "psicossomáticas". (DEJOURS, 2003, p. 78).

E por último a ansiedade gerada pela "disciplina da fome", ou seja,

Apesar do sofrimento mental que não pode mais passar ignorado, os trabalhadores continuam em seus postos de trabalho expondo seu equilíbrio e seu funcionamento mental à ameaça contida no trabalho, para enfrentar uma exigência ainda mais imperiosa: sobreviver. Ansiedade da morte. A esta ansiedade alguns autores deram o nome de "disciplina da fome". (DEJOURS, 2003, p. 78).

Todas essas formas de ansiedade fazem parte do conjunto de sintomas que representam o sofrimento do trabalhador em relação às suas condições laborais. A próxima seção vai ilustrar como esse sofrimento afeta a vida do trabalhador em seu cotidiano.

4.2 Acumulação flexível como principal responsável pelo adoecimento do trabalhador

Nos últimos anos o número de afastamentos por motivo de doença no trabalho tem sido surpreendente devido ao aumento de casos por razões de saúde mental. Como já foi dito a configuração do trabalho vem sofrendo modificações nas últimas décadas: precarização das condições de trabalho, flexibilização das leis trabalhistas e diminuição dos postos de trabalho.

Alguns estudos realizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS e por órgãos como o ministério da fazenda e a secretaria da previdência debatem de que forma as mudanças no modo de produção do trabalho são vistas na prática laboral do trabalhador.

Em uma cartilha feita para profissionais do SUS sobre a atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora, há alguns pontos relevantes para esta monografia. A cartilha debate a relação entre saúde e trabalho, e como já foi dito a relação do trabalhador com seu espaço laboral vai interferir de forma incisiva na sua saúde. O trabalho possui espaço relevante na vida do trabalhador e pode ser algo prazeroso ou algo que causa sofrimento ao indivíduo, logo, essa relação é determinante para o estado de saúde mental, emocional e física do ser humano.

O modo como se trabalha atualmente tem causado grandes problemas psíquicos ao trabalhador. As condições precarizadas e hostis de trabalho são grandes responsáveis por alterações na saúde mental dos indivíduos, ainda que seja difícil relacionar o trabalho como uma das causas dos transtornos psíquicos. Como já foi citado anteriormente, a necessidade de bater metas, ter produtividade e ser destaque dentre os outros trabalhadores tornam o ambiente de trabalho, um ambiente de sofrimento em que o trabalhador precisa dar mais que seu máximo

para ter o mínimo de reconhecimento, reconhecimento esse que por diversas vezes não ocorre e causa mais um fator de adoecimento, a frustração. Com esses fatos expostos podemos entender algumas estatísticas atuais em relação a saúde mental do trabalhador.

Segundo o 1º boletim quadrimestral sobre benefícios por incapacidade (2017) divulgado pelo ministério da fazenda e pela secretaria da previdência no período de 2012 a 2016, os transtornos mentais e comportamentais foram a terceira causa de maior afastamento das atividades laborais. A realidade do modo de produção atual, que busca por maior produtividade e maior competitividade global tem se tornado o estopim para esta situação. Um estudo sobre estresse no trabalho publicado pelo Organização Internacional do Trabalho em 2016 fez a seguinte consideração:

Hoje, trabalhadores de todo o mundo enfrentam mudanças significativas na organização e nas relações de trabalho; eles estão sob grande pressão para atender às demandas da vida laboral moderna. Com a velocidade ditada por comunicações instantâneas e altos níveis de competição global, as linhas que separam trabalho e vida pessoal estão se tornando cada vez mais difíceis de identificar. Os riscos psicossociais, como competição crescente, expectativas mais altas quanto à performance e longas jornadas de trabalho estão contribuindo para um ambiente laboral mais estressante. Além disso, devido à atual recessão econômica que está intensificando o ritmo das mudanças e reestruturações organizacionais, trabalhadores estão experimentando cada vez mais trabalhos precarizados, oportunidades de trabalho reduzidas, medo da perda do emprego, demissões em massa, desemprego e estabilidade financeira reduzida, o que resulta em sérias consequências para sua saúde mental e seu bem-estar. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017, p. 6)

O estudo da OIT analisa dados sobre a concessão de auxílios-doença e aposentadorias por invalidez, como já foi dito, dentre as maiores razões de afastamento está o transtorno mental. É importante destacar que ainda há alguma dificuldade em ter informações exatas sobre o número ao certo de quantos trabalhadores são acometidos por transtornos mentais, já que muitos não relatam sua situação e nem procuram ajuda.

Há várias situações que ocorrem no meio laboral que se tornam riscos para a saúde psíquica do trabalhador. No boletim disponibilizado pelo Ministério da Fazenda há uma abordagem feita pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, a respeito das condições de trabalho e apontou algumas características de condições de trabalho que conduzem a riscos psicossociais, dentre eles: carga de trabalho excessiva, assédio psicológico ou sexual, violência de terceiros, exigências contraditórias e falta de clareza na definição das funções entre outros.

O boletim publicado teve como objetivo dar concretude as principais causas de afastamento do trabalhador, temporário ou não, de seus postos de trabalho, tendo como foco as causas de transtorno mental. A tabela a seguir (Tabela 2. Distribuição da concessão de auxílio-

doença e de aposentadoria por invalidez de naturezas previdenciária e acidentária [B31,B32,B91,B92] ao segurado empregado por capítulo da CID entre 2012 e 2016.), disponibilizada pelo Sistema Único de Benefícios- SUB ilustra tal afirmação a partir do número de concessões de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez entre 2012 e 2016 por capítulo da Classificação Internacional de Doenças – CID10:

Capítulo da CID	2012	2013	2014	2015	2016	Total	Representatividade Percentual da Concessão Total no Período%
Capítulo XIX - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	494.570	498.124	496.718	374.148	450.026	2.313.586	31,044%
Capítulo XIII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	304.027	310.436	311.786	236.957	266.505	1.429.691	19,184%
Capítulo V - Transtornos mentais e comportamentais	140.208	147.145	144.061	109.951	127.562	668.927	8,976%
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	127.255	133.637	136.348	101.168	125.994	624.402	8,378%
Capítulo IX - Doenças do aparelho circulatório	91.452	91.796	90.786	67.123	81.647	422.804	5,673%
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	70.921	74.288	77.901	63.997	81.656	368.743	4,948%
Capítulo XV - Gravidez, parto e puerpério	56.202	63.278	69.562	50.912	62.741	302.695	4,062%
Capítulo XIV - Doenças do aparelho geniturinário	45.373	46.508	48.239	34.497	45.072	219.689	2,948%
Capítulo VI - Doenças do sistema nervoso	30.319	31.083	30.492	23.897	27.925	143.716	1,928%
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	23.308	23.556	23.230	16.839	21.232	108.165	1,451%
Capítulo VII - Doenças do olho e anexos	22.277	22.609	22.833	15.561	20.500	103.870	1,394%

Capítulo XXI - Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	17.427	18.870	19.884	14.314	16.528	87.023	1,168%
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	15.554	17.017	18.098	13.806	17.796	82.271	1,104%
Capítulo XII - Doenças da pele e do tecido subcutâneo	16.576	17.152	17.069	11.781	14.314	76.892	1,032%
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	15.395	16.298	15.281	9.803	13.203	69.980	0,939%
Capítulo VIII - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	4.459	4.353	4.159	2.775	3.415	19.161	0,257%
Capítulo XVII - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	3.682	3.861	3.959	3.045	3.775	18.322	0,246%
Capítulo XX - Causas externas de morbidade e de mortalidade	2.457	2.981	3.259	2.405	2.986	14.088	0,189%
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	2.275	2.401	2.381	1.826	2.216	11.099	0,149%
Capítulo XVI - Algumas afecções originadas no período perinatal	271	282	304	234	307	1.398	0,019%
Indefinido	120	102	90	80	86	478	0,006%
Capítulo XXII - Códigos para propósitos especiais	-	2	2	-	1	5	0,000%
Indefinido	72.232	79.157	80.942	67.226	65.963	365.520	4,905%
Total	1.556.360	1.605.026	1.617.384	1.222.325	1.451.439	7.452.534	100%

Fonte: Sistema Único de Benefícios - SUB

Na tabela acima percebemos que apenas o capítulo XIX (lesões, envenenamento e algumas outras consequências externas) e o capítulo XIII (doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo) do CID possuem números de afastamentos mais elevados que os transtornos mentais, afirmando a informação dada anteriormente de que o transtorno mental é a terceira maior causa de afastamento entre os trabalhadores.

Um outro ponto relevante do boletim que faz alusão a algo já mencionado na presente monografia é a dificuldade em relacionar o ambiente laboral como uma das causas dos transtornos psíquicos. Quando são comparadas as concessões de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez em relação as causas de transtorno mental e as causas no geral percebe-se que há uma diferença significativa quanto a concessão de auxílio-doença por acidente de trabalho, ou seja, o trabalho sendo a causa do afastamento. Enquanto no geral esse fator é responsável por 15,80% dos afastamentos, quando se particulariza o transtorno mental o número de casos relacionados diretamente a acidentes causados pela própria atividade laboral esse número de reduz a 7,92%, deixando clara a dificuldade em relacionar o trabalho (o capital) como responsável pelos riscos psíquicos ao trabalhador, além disso o transtorno mental não é algo visível como um corte no braço ou uma fratura no pé, sendo ainda mais difícil de detectar ou associar ao trabalho.

O motivo dessa constatação parece estar relacionado à intangibilidade do adoecimento mental. A decisão quanto à permanência deste adoecimento, assim como sobre sua relação com o trabalho, se mostra muito mais complexo do que aquele referente ao adoecimento físico, que pode se basear com maior frequência em lesões evidentes (visíveis) e exames conclusivos. Outro aspecto a ser considerado é a resistência ao reconhecimento da relação do trabalho com a doença mental: é sempre difícil para a direção de uma empresa, ou para o empregador, reconhecer que sua atividade tem sido

disfuncional e levado os trabalhadores a desenvolverem agravos psíquicos. (MINISTERIO DA FAZENDA, 2017, p. 11)

Além do estudo da OIT, podemos destacar também algumas reportagens que vêm sendo publicadas nos últimos anos. Em uma reportagem publicada no caderno de economia do jornal O Globo no ano de 2017 podemos ver a depressão sendo considerada a doença do século quando considerada a partir dos dados de afastamentos de trabalhadores de seus postos de trabalho. A reportagem escrita pela jornalista Bárbara Nascimento aponta que no ano de 2016 mais de 75 mil pessoas foram afastadas do mercado de trabalho devido a depressão. A reportagem destaca que não é apenas a depressão a responsável por esses afastamentos, mas também outros tipos de transtornos mentais:

Tachada de mal do século, a depressão é responsável por retirar do mercado de trabalho milhares de profissionais todos os anos. No ano passado, 75,3 mil trabalhadores foram afastados em razão do mal, com direito a recebimento de auxílio-doença em casos episódicos ou recorrentes. Eles representaram 37,8 % de todas as licenças em 2016 motivadas por transtornos mentais e comportamentais, que incluem não só a depressão, como estresse, ansiedade, transtornos bipolares, esquizofrenia e transtornos mentais relacionados ao consumo de álcool e cocaína. No ano passado, mais de 199 mil pessoas se ausentaram do mercado e receberam benefícios relacionados a estas enfermidades, o que supera o total registrado em 2015, de 170,8 mil. (NASCIMENTO, 2017, p.21)

Entre os motivos para o aumento do número de casos de transtorno mental é o ambiente em que se trabalha. No ambiente laboral que impera na era da acumulação flexível, as possibilidades de adoecimento aumentam significativamente já que o local de trabalho se torna como já foi mencionado um lugar de sofrimento para o sujeito. Além do que ocorre dentro do ambiente laboral, há também todo um conjunto de acontecimentos externos que interferem na saúde mental do trabalhador. A banalização da violência, o assédio moral e os problemas sociais como um todo são grandes fatores que influenciam no comportamento mental do indivíduo. Além disso mudanças na economia e na política trabalhista do país também tem grande impacto sobre as condições de trabalho e sobre a vida do trabalhador.

Um exemplo que podemos citar é a reforma trabalhista. A reforma trabalhista foi proposta pelo governo de Michel Temer em 2017 e é mais uma medida que prejudica o trabalhador em todos os âmbitos. Se antes os direitos dos trabalhadores já haviam sofrido uma derrota com a lei da terceirização total², com a reforma, que prevê entre outras coisas, mudanças na redução do tempo mínimo obrigatório para almoço, as diversas brechas para a ampliação da

² A lei da terceirização que antes previa apenas as atividades de meio, agora também prevê as atividades de fim promovendo ainda mais a informalidade no trabalho.

jornada e a permissão para que gestantes e lactantes trabalhem em ambientes insalubres, o trabalhador vê seus direitos sendo cada vez mais enxugados.

No ano de 2017, a revista *Poli* nº54 publicou uma entrevista da professora Vera Lucia Navarro, da Universidade de São Paulo (USP) em que ela debate as consequências da reforma trabalhista e da terceirização para a saúde do trabalhador. Quando perguntada pela jornalista Cátia Guimarães, sobre os principais impactos da reforma ela respondeu da seguinte forma:

“Eu destacaria alguns pontos que acho que vão ter maior impacto nessa reforma: a prevalência do negociado sobre o legislado, [a aprovação do] trabalho intermitente, a facilitação de trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres, a dificuldade de acesso dos trabalhadores à justiça do trabalho e a terceirização. Esse quadro vai tornar mais precárias as relações do trabalho. Essa questão da precariedade é antiga, tivemos recentemente o crescimento do emprego formal, mas estamos retomando a questão da informalidade. O grande paradoxo é o seguinte: tem crescimento de desemprego e intensificação de trabalho. Ou seja, quem está desempregado vai sofrer por falta de emprego – e isso prejudica a saúde, principalmente a saúde mental, essa angústia pelo fato de estar desempregado, de estar se sentindo culpado por essa situação.” (NAVARRO apud GUIMARAES, 2017, p.14)

Na passagem acima há uma frase que nos mostra o tamanho do impacto que a reforma tem sobre a vida do trabalhador: “a prevalência do negociado sobre o legislado”. A legislação que se tem hoje que minimamente respeita o trabalhador passa a ser secundária prevalecendo um contrato de trabalho proposto pelo empresário que reduz até mesmo o tempo de refeição do trabalhador, que por questão de sobrevivência aceita as péssimas e precárias condições laborais colocando em risco, com ainda mais intensidade, sua psique.

Em um artigo produzido pelo Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos Macroeconômicos (Dimac) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sandro Sacchet de Carvalho, denominado *Uma visão geral sobre a reforma trabalhista* (2017), podemos encontrar alguns pontos do que chamamos de “prevalência sobre o legislado”:

Um dos pontos centrais da reforma é a introdução do Artigo 611-A na CLT, que trata justamente de que acordos coletivos têm prevalência sobre a lei. Diz o artigo aprovado na Câmara: Art. 611-A. A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: I – pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais; II – banco de horas anual; III – intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas; IV – adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei no 13.189, de 19 de novembro de 2015; V – plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança; VI – regulamento empresarial; VII – representante dos trabalhadores no local de trabalho; VIII – teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente; IX – remuneração por produtividade, incluídas as gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual; X – modalidade de registro de jornada de XI – troca do dia de feriado; XII – enquadramento do grau de insalubridade; XIII - prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho; XIV – prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente

concedidos em programas de incentivo; XV – participação nos lucros ou resultados da empresa (Brasil, 2017). (CARVALHO, 2017, p. 83)

A partir desse artigo passamos a entender que, com a reforma, o leque de direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos fica extremamente comprometido. Se hoje temos as 40 horas de trabalho semanais no regime da CLT, com a reforma isso ficará a critério de um pacto entre o contratante e o contratado sendo visivelmente negativo para o trabalhador que ficará cada vez mais vulnerável à lógica do capital. Essa vulnerabilidade poderá ser vista através do aumento do número de afastamentos. Se no cenário atual as taxas de adoecimento por transtornos mentais do trabalhador já vêm tendo um crescimento significativo, com a aprovação da reforma esse quadro tende a piorar já que com essa aprovação, a pressão por manter o emprego, por bater metas de produção e principalmente para sobreviver aumentam na mesma proporção.

5. Considerações Finais

A partir do processo de pesquisa realizado, podemos compreender a importância de entender a trajetória do capitalismo mundial, particularmente no Brasil, e sua relação com a vida do trabalhador. A partir de conceitos que foram aprendidos desde o início da graduação como a questão social e a construção do capitalismo com base na superexploração do trabalhador, pôde ser analisado a consequência desse modo de produção: o capital sempre quer seu lucro, seu mais-valor, mesmo que pra isso tenha que sacrificar a saúde de seus trabalhadores. Sendo assim, fica ainda mais visível que as consequências que vemos hoje, como o aumento do número de afastamentos em postos de trabalho, são fruto da intensificação do trabalho e da superexploração da força de trabalho.

Quando analisamos a evolução do capitalismo desde a era da acumulação primitiva até a forma que ele tem hoje, o que chamam de acumulação flexível, percebemos que todas as vezes em que há uma crise no modo de produção capitalista, os primeiros a sofrerem as consequências para a recuperação do sistema são os trabalhadores, que em meio a essas mudanças acabam adoecendo.

A relação de dependência que os países dependentes têm em relação aos países imperialistas também é um importante fator para o entendimento da superexploração e da sua funcionalidade para o capital. Como já foi dito, a desigualdade na distribuição de renda e riqueza entre as nações faz com que as relações de trabalho dentro de cada país sejam afetadas, já que o capital necessita evoluir e obter seu mais-valor para poder se concentrar.

Para obter o mais-valor desejado, o modo de produção capitalista foi evoluindo a cada momento que houve necessidade de se renovar. Com essas mudanças o trabalhador foi obrigado a se adaptar e a se submeter a todas as vontades do capital. O espaço de trabalho foi se tornando hostil já que a tática da concorrência entre os trabalhadores dá ao capital a sensação de controle absoluto, pois assim a organização e a luta da classe ficam prejudicadas e não causam desconforto algum ao capitalista.

Quando o ambiente de trabalho se torna hostil, ele se torna um espaço de sofrimento para o trabalhador, que se questiona: como trabalhar de forma saudável com condições precárias e com o medo iminente de perder o emprego que garante seu sustento? Logo, o trabalhador passa a realizar suas tarefas sob pressão. Como consequência disso os riscos de adquirir doenças de cunho mental aumentam, como foi percebido através dos dados expostos na presente pesquisa.

Na presente monografia, através de dados e bibliografia, pode ser percebido que a flexibilização das leis trabalhistas e o desmonte dos direitos do trabalhador foram aumentando conforme as transformações do capital e juntamente a isso houve crescimento do número de afastamentos dos trabalhadores por transtornos mentais.

Vimos que o trabalhador tenta alguma forma de resistência como ao que Dejours (2003) chama de ideologia defensiva para suportar essa pressão e ainda que estas estratégias sejam vistas como algo que aliena o trabalhador, uma vez que não se relaciona diretamente com a transformação das opressões do trabalho, mas sim com estratégias que buscam mitigar os efeitos dessas opressões e por isso enfraquece a luta de classe, são elas que de alguma forma adiam a “perda total” na saúde do trabalhador.

Ademais, os recentes acontecimentos envolvendo as leis trabalhistas (lei da terceirização e reforma trabalhista) nos faz perceber a importância da organização da classe trabalhadora, deixando essa questão com uma reflexão de todo o trabalho. Para a sobrevivência da classe é necessário que o trabalhador se organize, se comunique e se relacione. Em um dos artigos apresentados sobre a reforma trabalhista, escrito pelo Sandro Sacchet de Carvalho, denominado *Uma visão geral sobre a reforma trabalhista* (2017), há uma passagem que demonstra a importância e a necessidade dessa organização:

Caso não se consiga preservar o poder de barganha dos trabalhadores, deve-se esperar uma ampliação das desigualdades. Inicialmente, uma piora da desigualdade funcional da renda com uma maior apropriação do excedente pelos empregadores. No entanto, cabe ainda acrescentar que o poder de barganha dos trabalhadores não é igualmente distribuído. Também pode ocorrer um aumento das desigualdades no mercado de trabalho. Aumento de jornada insuficiente para alguns, com respectiva menor duração, mais jornadas excessivas para outros (com menor remuneração de horas extras), com elevação dos efeitos adversos sobre a saúde e os acidentes de trabalho. E, com tendência a elevar a desigualdade de rendimentos, dependendo de setores que sofram maior concorrência de trabalhadores terceirizados, autônomos etc., setores em que sindicatos justamente encontram maior dificuldade de organizar sua base. (CARVALHO, 2017, p. 93)

Assim, podemos concluir que o capital é o principal responsável pelo adoecimento dos sujeitos, ainda que não seja um tema com uma ampla visibilidade, é necessário um aprofundamento dos estudos para buscar uma alternativa de melhora desse quadro mesmo que a conjuntura atual não nos mostre muita esperança. A melhor alternativa que o trabalhador tem para diminuir o seu adoecimento, além de procurar tratamentos, é a resistência e é por esse espaço que nós assistentes sociais, como profissionais que buscam garantir os direitos dos trabalhadores, temos que lutar. Temos que ter a ciência que a raiz do problema não é o trabalhador adoecido, mas sim o modo de produção capitalista e é a esse que devemos resistir.

6. Referências Bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. *O continente do labor*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 17-81
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal*. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-48.
- CAVALLINI, Marta; SILVEIRA, Daniel. *Desemprego fica em 13,7% no 1º trimestre de 2017 e atinge 14,2 milhões*. Disponível em: <[http:// g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml](http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml)>. Acesso em 22 jun 2017.
- DEJOURS, Christophe. *A loucura do Trabalho: estudo da psicopatologia do trabalho*. 5ª ed. São Paulo: Cortez-Oboré, 2003.
- CARVALHO, Sandro Sacchet. *Uma visão geral sobre a reforma trabalhista*. Brasil: IPEA, out.2017
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.80-96.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 2011. p.55-77.
- IANNI, Octavio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981. p.145-155
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978. p.3-29
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, [1845] 2008.
- Guarany, Alzira Mitz Bernardes. *Trabalho docente, carreira doente: elementos que impactam a saúde mental dos docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, ESS, 2014.
- GUIMARAES, Cátia. *Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde*. Rio de Janeiro: Ano X - Nº 54 - nov./dez. 2017. p. 14-17
- LUCE, Matias. *A superexploração da força de trabalho no Brasil*. REVISTA Soc. Bras. Economia Política, São Paulo, nº 32, p. 119-141, junho-2012.
- LUCE, Matias. *Brasil: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?* Revista trabalho, educação e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, v.11, p. 169-190, jan./abr. 2013.
- MARINI. *Dialética da dependência*. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017

- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, [1969] 2012. capítulo 1.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*, Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013[1867].
- MARX, Karl. *A dialética do trabalho*. Processo de trabalho e processo de valorização. In: Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Expressão Popular, [1867] 2004.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Expressão Popular, 2009 [1848].
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, [1848] 2008.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Burguesia e capitalismo no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1995. p. 5-22.
- MERLO, Alvaro Roberto Crespo. *Atenção ao sofrimento e ao adoecimento psíquico do trabalhador e da trabalhadora : cartilha para profissionais do Sistema Único de Saúde – SUS*. Porto Alegre: Evangraf, 2014
- MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Adoecimento mental e trabalho: a concessão de benefícios por incapacidade relacionados a transtornos mentais e comportamentais entre 2012 e 2016*. Brasil: 2017.
- NASCIMENTO, Bárbara. Doença do século: Sob pressão. O GLOBO. Rio de Janeiro. P.21. Data: 12 de fevereiro de 2017
- PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das letrinhas, 2011. p. 15-29.
- TEIXEIRA, André. A tecnologia que adocece. O GLOBO. Rio de Janeiro. p. 29. Data: 29 de abril de 2019.

Endereços eletrônicos consultados:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8130/1/bmt_63_vis%C3%A3o.pdf

<https://contsimples.com.br/blog/lei-da-terceirizacao>

<http://www.viniciusdemoraes.com.br/pt-br/poesia/poesias-avulsas/o-operario-em-construcao>

